

FRENTE POPULAR DO ACRE

PT - PDT - PCdo B - PMB - PSB - PROS - PHS - PRP - PRB - PV - PODEMOS - PPL - PRTB - PSDC - PSOL

PLANO DE GOVERNO

Marcus Alexandre
&
Emylson Farias

Senadores
&
Jorge Viana
Ney Amorim

UNIÃO & INOVAÇÃO



2019-2022



PLANO DE GOVERNO

**MARCUS ALEXANDRE
E EMYLSON FARIAS**

UNIÃO & INOVAÇÃO



2019-2022



Apresentação

Nossa esperança de novas conquistas para o povo do Acre se fortalece agora, quando o processo democrático nos permite projetar um novo ciclo de desenvolvimento a partir de 2019. É com esse sentimento que venho apresentar à sociedade acreana o nosso Plano de Governo “União e Inovação”, um conjunto de propostas construídas a partir de ampla consulta popular, que reflete os anseios de milhares de pessoas e o nosso compromisso de vida com o crescimento econômico e social do nosso estado.

Durante os últimos meses promovemos plenárias, oficinas e reuniões por todo o estado, recebemos sugestões e ideias até por aplicativo e redes sociais. De forma direta ou indireta mais de 5.000 pessoas contribuíram com propostas em todas as áreas da gestão pública. Elas foram agrupadas por eixos estratégicos de governança e apontam as ações e diretrizes que devemos seguir na sua execução.

Nosso Plano de Governo traz, ainda, a avaliação das conquistas e os avanços que tivemos na gestão da Frente Popular. Ao analisar erros e acertos, propomos medidas para a atualização e inovação do nosso projeto de governo que ao longo dos anos proporcionou a melhoria dos principais indicadores sociais que medem a qualidade de vida da nossa população.

Afinal, o tempo não para e renova constantemente os problemas que atingem nossa população. Como a recente chegada ao Acre de facções criminosas transnacionais que atuam com extrema violência e tem atingido principalmente nossos jovens, que devemos enfrentar com muita determinação, união e ações firmes, continuadas, integradas e inovadoras.

O Plano de Governo é, portanto, o que dá sentido e concretude à nossa candidatura. Reúne o conjunto dos compromissos que ora assumimos com a população, através de projetos e ações que nos propomos a realizar no período de 2019 a 2022, nas mais diversas áreas da gestão pública.

Com união e inovação, planejamento, uma boa equipe técnica, governança e muito trabalho vamos enfrentar os desafios que se apresentam diante da grave crise econômica e política que assola o Brasil, para construir uma nova fase de esperança e conquistas, desenvolvimento e prosperidade para o povo acreano.

Vamos ao trabalho!

Marcus Alexandre

Agosto de 2018

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Irailton Lima
Coordenador Geral

André Kamai	Iara Marques
Andréia Forneck	Leonardo Nedder
Claudia Saldanha	Marcos Vinícius das Neves
Edemilson Santos	Pablo Mendes
Estefânia Pontes	Rennan Biths

ESPECIALISTAS

Aberson Carvalho	Giordano Simplicio Jordão	Oswaldo Leal
Afrânio Moura	Gracinha Manchineri	Paulo Sérgio Braña
Alana Carolina	leve Terranova	Paulo Roberto Viana
Alana Manchineri	João Thaumaturgo Neto	Pedro Farias
Alberto Tavares	Joelda Paes	Raquel Silva
Almerinda Cunha	José Conceição (Jota)	Ricardo Torres
Andrias Sarkis	Karla Martins	Rubia Cavalcante
Antônio Azevedo	Magaly Medeiros	Ruscelino Barboza
Carlos Batista	Mâncio Cordeiro	Sara Melo
Carlos Edegard de Deus	Marcelo Piedrafita	Sawana Carvalho
Carlos Flávio Richard	Marcos Kinpara	Sebastião José Araújo
Cláudia de Paoli	Marcos Lourenço	Sérgio Carvalho
Cleide Prudêncio	Maria da Luz França	Sérgio Roberto Lopes
Dolores Nieto	Maria de Fátima Ferreira	Shirley Santos
Elizandra Vieira	Maria Santiago	Solange Maria Chalub
Fábio Henrique Ferreira	Marina Jardim	Suely Melo
Flora Valladares Coelho	Mariusha Brasil	Vander Nicácio Magalhães
Germano Marino	Mark Brito	Vanderlei Thomás Sherer
Gilberto Siqueira	Orlando Sabino	Vera Lúcia Reis
		Wolvenar Camargo Filho

COORDENADORES DE EIXO

Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Gilberto Siqueira
Judson Valentin
Lourival Marques

Mâncio Cordeiro
Rennan Biths

Infraestrutura

Dolores Nieto
Iara Marques
Leonardo Neder

Segurança Pública

Cleudo Maciel
Emylson Farias
Rennan Biths

Governança, Transparência e Gestão

Claudia Saldanha
Giordano Simplicio Jordão
Iara Marques
Nazareth Lambert

Desenvolvimento Social: Serviços Básicos e Inclusão

Edemilson Santos
Estefânia Pontes
Gabriel Gelpke
Nazareth Lambert

Direitos Humanos e Políticas Afirmativas

Edemilson Santos
Nazareth Lambert

COLABORADORES

Alex Elias Braga	Elissandra Oliveira	Maria Rita Paro
Alexandre Tostes	George Santos	Marilda Brasileiro
Alexandre Nunes	Glaysom Dantas	Marina Jardim
Aline Cristina da Silva	Goreth Silva	Mário César Souza
Anderson Mariano	Janaína Dourado	Mário Fadell
André Luiz Gasparini	Jaycelene Brasil	Mayara Galdino
Andrea Zílio	Jean Carlos Torres	Nailey Lessa
Antônio Torres	Jorge Rebouças	Nascilda Araújo
Concita Maia	Leonardo Carvalho	Oteniel Almeida
Cleudo Maciel	Lúcia Freitas	Paulo Sérgio Braña
Cyntia Mirla Menezes	Lucinei Cardoso	Regiani Cristina Oliveira
Daniel Viana	Maida Nunes	Rodrigo Fernandes
Daniel Santana (Zen)	Marcilene Alexandrina	Rosimeire Correia
Dannya Kátira Coutinho	Márcio Veríssimo	Samara Raquel Damásio
Edson Manchini	Marco Antônio Brandão	Selma Neves
Elaineide Meirelles	Marco Antônio Otsubo	Shirley Torres
	Maria Lídia Soares	Sílvia Brilhante

SISTEMATIZAÇÃO DAS OFICINAS E APLICATIVO

Ana Paula Jácome	Eliane Pereira
Cláudia Saldanha	Hemylly Ribeiro
Edemilson Santos	Joquebede Oliveira
Elane Cristine Almeida	Vasti Queiroz

MODERADORES/RELATORES

Alarice Botelho	Danilo da Silva	Hemylly Oliveira	Matheus Oliveira	Rafael Oliveira Diniz
Alef Correia	Edemilson Santos	Iara Marques	Mayara Galdino	Rennan Biths
Cassiano Barros	Elaine Queiroz	Rose Farias	Mirna Caniso	Thayla Fernanda
Claudiomar Júnior	Enage Brito	Irailton Lima	Patrícia Manchine	Thiago Mourão
Cristiele Lira	Gilmara Galache	Marina Jardim	Priscila Peres	Vasti Queiroz

LOGÍSTICA

Werton Souza
Mailton Moura

REVISÃO

Cleide Elizabeth Passos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ezio Gama



Sumário

Apresentação	05
Introdução	11

Parte 1 | Um rápido balanço 15

Nosso legado	16
Um novo ciclo	18

Parte 2 | Os eixos do desenvolvimento 21

Eixo I: Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	23
Eixo II: Infraestrutura	31
Eixo III: Governança e Gestão	39
Eixo IV: Desenvolvimento Social (Serviços Básicos e Inclusão Social)	45
Eixo V: Segurança Pública	57
Eixo VI: Direito Humanos e Políticas Afirmativas (Protagonismo Social e Político)	63



Introdução

Compromisso com o Acre

Por princípio

Chegou a hora de realizar um balanço do tempo e do compasso do nosso projeto e do trabalho que desenvolvemos no governo do Estado nas duas últimas décadas. E, a partir daí, renovarmos nossos sonhos e compromissos. Já de início, duas dimensões essenciais precisam ser consideradas.

A primeira é que temos, sim, um projeto político que nos mobiliza e orienta. E ele não é de caráter político-partidário, ou um projeto de poder. Nosso projeto é o Acre. O que se traduz na defesa do estado frente às tentativas, sempre renovadas, de nos impor ações, políticas e modelos estranhos à nossa realidade; na esperança de um Acre mais inclusivo e plural, que crie oportunidades, democratize benefícios e reconheça direitos, gerando bem estar para todos; no sonho de um Acre com autonomia política e econômica que possibilite o fortalecimento de nossa originalidade como povo amazônico, rumo a um futuro mais próspero e justo socialmente.

A segunda dimensão é que nosso projeto não tem apenas 20 anos de existência. A formação da Frente Popular do Acre não é a origem desse movimento político. Pelo contrário, é resultado de uma longa trajetória histórica. Nos-

so projeto surgiu quando os primeiros acreanos lutaram contra o domínio estrangeiro e conquistaram nosso lugar no Brasil. Esse projeto se fortaleceu na longa luta autonomista que se estendeu por mais de cinquenta anos e garantiu plenos direitos políticos a todos os cidadãos acreanos. Um projeto que se reafirmou e consolidou na resistência de extrativistas, agricultores, povos indígenas e segmentos sociais urbanos, à política de devastação da Amazônia, implementada pela ditadura militar nos anos 70 e 80 do século passado.

Portanto, nossa geração é herdeira da luta, esperança e sonhos das várias gerações de acreanos que nos antecederam. Devemos a eles fidelidade à causa acreana: origem, essência e objetivo de nosso projeto político.

Tempo de mudança

O movimento político que deu origem à Frente Popular do Acre surgiu como resposta a um período de grave crise social e imensas dificuldades para o povo acreano. Necessário lembrar que o Acre, nos anos 90, era refém do crime organizado que havia se infiltrado na máquina pública e tinha na atuação do “Esquadrão da morte” seu braço operacional mais violento e visível.

Ao mesmo tempo, o funcionalismo público, principal força motriz da economia estadual naquele momento, estava fragilizado e com vários meses de salários atrasados. Os prédios públicos estavam completamente degradados e as secretarias estaduais sucateadas e sem capacidade técnica, gerencial e financeira para atuar em prol da população. Havia um forte movimento migratório da área rural para as cidades, gerado pela devastação da floresta, que produziu bolsões de miséria nas áreas urbanas. O Acre só aparecia nas páginas policiais da grande imprensa nacional e os políticos eram motivo de vergonha para o nosso povo.

Como reação a essa condição vexatória e à grave situação de crise institucional, econômica e social, surgiu uma frente política ampla e progressista que implementou um conjunto de estratégias e ações inovadoras e alterou radicalmente o cenário de atraso e desesperança então vigentes.

Reconstrução do Acre

Nas duas últimas décadas, com muito trabalho e ousadia, vem sendo modelado um novo jeito de cuidar do nosso território e do nosso povo. Para tanto foi necessário promover novas estratégias de desenvolvimento, orientadas por um rigoroso processo de planejamento, organização e diálogo político.

O governo *Jorge Viana* teve a ousadia de assumir nossa identidade amazônica como vantagem a ser reconhecida e bem utilizada. Uma mudança profunda de paradigma, orientada pelo propósito de promover prosperidade econômica, justiça social, democracia política e sustentabilidade ambiental, inspirada em

nossas raízes e lutas históricas. Um governo que tirou o Acre da vergonha, do descaso e da impunidade e conquistou avanços sociais e credibilidade dentro e fora do país.

O trabalho seguiu com governo *Binho Marques*, que aprofundou os investimentos e as políticas públicas nas cidades e nas comunidades do interior, democratizando o acesso da população aos serviços básicos e ampliando a infraestrutura logística do Estado. As políticas socioambientais implementadas pelo governo, com base em um amplo planejamento estratégico, se revelaram acertadas e capacitaram o Acre frente aos novos desafios do mundo tecnológico e globalizado.

Agora, com o governo *Tião Viana*, mesmo em um contexto de imensas adversidades econômicas e políticas, fruto do aprofundamento da crise que o país atravessa, foi possível avançar com a intensificação do uso nas áreas já desmatadas, consolidando cadeias produtivas através da industrialização e valorizando a floresta com base em serviços ambientais. O Acre tem hoje uma economia mais dinâmica e diversificada, que revela o processo de amadurecimento de nossa trajetória na busca de um desenvolvimento para todos e sustentável.

O trabalho foi intenso e sempre orientado pelos melhores propósitos. Trabalhamos incansavelmente pelo Acre, buscando o melhor para nosso povo e nossa economia. A hora do balanço, porém, cobra de nós também muita humildade para reconhecer erros e insuficiências, porque isso torna nossos acertos e conquistas ainda mais valorosos.

Humildade para reconhecer que ajustes precisam ser feitos. Por exemplo, é preciso adequar a casa a esse novo momento das finanças públicas. Adequar sem comprometer serviços públicos –

disso não abrimos mão. É preciso melhorar o ambiente de negócios para os empreendedores, buscando mais proximidade com os setores empresariais. Temos que voltar a ter protagonismo da sociedade civil e dos movimentos sociais, através do fortalecimento dos espaços de diálogo e de projetos integrados. Precisamos repactuar a relação do nosso projeto com os servidores públicos, segmento fundamental nas mudanças que o Acre viveu até aqui.

A hora é de renovarmos sonhos e compromissos. Para isso, neste Plano UNIÃO E INOVAÇÃO, procuramos sintetizar desejos e necessidades do nosso povo, traduzidos em propostas concretas apresentadas e debatidas em um rico, democrático e inovador processo de consulta popular. Foram realizados encontros em todas as regiões do Estado, conversas com especialistas, técnicos e ativistas sociais, além de contribuições via App. Ao todo, foram 9 oficinas regionais, 12 oficinas temáticas, grande número de oficinas livres e encontros de

trabalho com profissionais diretamente envolvidos na conclusão do documento. No final, mais de 5 mil pessoas e 60 técnicos participaram ativamente da elaboração deste Plano.

Seu escopo contempla um breve relato do processo histórico de lutas e conquistas do povo acreano, uma análise da evolução recente do Estado sob os governos da Frente Popular e a descrição das diretrizes políticas que moldarão a face desse novo momento que se inicia em 2019. Em seguida, entrando na abordagem dos seis eixos estratégicos, descreve o legado das políticas empreendidas em cada uma das áreas de resultados relacionadas. Por fim, em cada eixo, apresenta os problemas prioritários a serem enfrentados pela nova gestão, traduzidos em desafios ou diretrizes, e as propostas de políticas e ações. Aqui estão compromissos, num esforço sincero de corresponder aos mais elevados anseios das pessoas e às verdadeiras necessidades do desenvolvimento do Acre.





Parte 1

PARTE 1

Um rápido balanço

Nosso legado

Os investimentos feitos pelo governo estadual na economia regional impactaram fortemente o PIB do Acre. Ele cresceu de R\$ 2,7 bilhões de reais, em 2002, para R\$ 13,6 bilhões, em 2015. Foi o quarto maior crescimento do país, com expansão real de 81 % no período.

Hoje, o estado do Acre está entre os 4 melhores do país em relação ao equilíbrio fiscal - considerando o endividamento, a poupança corrente e a liquidez - segundo a Secretaria do Tesouro Nacional - STN. E o melhor é que esse crescimento econômico aconteceu simultaneamente com a redução na taxa de desmatamento anual, confirmando que é possível conciliar conservação ambiental, bem-estar social e crescimento econômico.

A floresta, que nos anos 1980, era foco de conflitos, assassinatos de trabalhadores, desmatamentos ilegais e queimadas clandestinas, foi bravamente defendida por seringueiros, ribeirinhos, indígenas sob a liderança de *Wilson Pinheiro*, *Chico Mendes*, *Sueiro Kaxinauá*, *Samuel Piãko*, entre muitos outros. Atualmente, a floresta acreana está protegida em grande parte, seja através da consolidação das reservas extrativistas e terras indígenas, como através da criação de parques estaduais e outras unidades de conservação.

Em 1999, apenas 38% dos empregos formais do estado estavam na iniciativa privada. De lá pra cá superamos a 'economia do contra-cheque'. Em 2006,

o tamanho do mercado de trabalho formal dobrou e o setor privado ultrapassou o setor público como maior gerador de empregos. Os empreendimentos voltados para as cadeias da avicultura e da



suinocultura, no Alto Acre, são exemplos atuais de avanços nessa área.

Desenvolvimento econômico pressupõe desenvolvimento educacional, sem o qual se torna insustentável a longo prazo. A educação pública, universal e de qualidade sempre foi um compromisso prioritário para os governos da Frente Popular, bem como para os trabalhadores em educação e seus alunos. Já vai longe o tempo em que a educação do Acre era considerada pelos indicadores das avaliações do MEC/INEP como uma das piores entre os estados brasileiros. Hoje, figuramos no ranking das melhores no país. Temos a melhor educação na região Norte e a segunda melhor entre os estados das regiões Norte e Nordeste.

Com o inovador programa "Quero Ler", que está tirando milhares de cidadãos e cidadãs da escuridão do analfabetismo, o Acre deverá ser o primeiro estado brasileiro a zerar o analfabetismo. O governo investe fortemente também na educação profissional. O Instituto Dom Moacyr já formou mais de 100 mil jovens, capacitando-os para as necessidades do mercado de trabalho. Isso resulta em melhores oportunidades para nossos jovens e adultos em busca de sua autonomia profissional e financeira.

No Acre, 95% da população depende do serviço público de saúde. Somos um dos poucos estados do Brasil com essa característica. Em muitos estados brasileiros, os planos privados chegam até 60% de cobertura dos serviços. Atualmente, quando se trata de alta complexidade, 99% da população acreana depende dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde. E eles são os mais onerosos. Apesar das dificuldades, alcançamos inúmeros avanços na área.

A Constituição Federal estabelece que os gastos com a saúde pública devem ser de 12% da Receita Corrente Bruta do Estado. Nossos governos, entretanto, sempre investiram acima do que determina a legislação, com média de 15,8%. Para cada 1 real do governo federal, o governo do Acre aplica 4 reais de recursos próprios. Anualmente, são investidos cerca de 900 milhões de reais na rede pública estadual de saúde. Temos obtido êxito na meta de diminuir o tempo de espera para atendimentos especializados, como consultas e cirurgias eletivas. Atualmente, somos o segundo estado brasileiro em transplante de fígado.

Nossos governos tiveram grande empenho em reafirmar e promover a igualdade entre homens e mulheres, brancos e negros, povos indígenas e

outros grupos étnicos, crianças, jovens, adultos e idosos. Foram implantados órgãos públicos especializados e conselhos com participação social. Novos marcos legais e a execução de diversos programas também têm sido fundamentais para a superação do racismo, do sexismo, da violência e a violação de direitos em geral, como um imperativo ético do qual não podemos prescindir.

Os investimentos em segurança pública, anualmente, alcançam meio bilhão de reais. São ações constantes e continuadas frente aos novos desafios que nos estão sendo impostos pela nacionalização das facções criminosas e a falência do sistema penitenciário brasileiro. Uma grave crise de caráter nacional que tem forte impacto sobre a sociedade acreana. Em 2017, essa área recebeu importantes investimentos, dentre os quais se destacam o reaparelhamento de unidades policiais, a reforma dos quartéis da PM, na capital e no interior, e o fortalecimento das operações de inteligência e combate ao crime.

A construção de um modelo de gestão pública eficiente, alicerçado no respeito ao cidadão e honesta/correta aplicação dos recursos públicos, foi outra marca desse período. Uma gestão em que se buscou integração das políticas setoriais, respeito e valorização dos servidores e a oferta de serviços o mais próximo possível das pessoas.

Até 1999, as condições de infraestrutura eram extremamente precárias no Acre. Por isso, importantes investimentos foram feitos nessa área. Nossas principais rodovias estaduais foram asfaltadas, garantindo acesso aos municípios. Aproximadamente 600 Km da BR-364 foram construídos interligando a capital ao Vale do Juruá, unificando o mercado interno. A abertura da Estrada do Pacífico, que dá acesso a nossos vizi-



nhos Peru e Bolívia e aos portos do Oceano Pacífico, abre novas oportunidades de exportações para grandes mercados na região Andina.

O Acre, no ano de 2000, era classificado como um estado de baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Em 2014, passou a receber a classificação de Alto Desenvolvimento. Um salto extraordinário! Vale ressaltar que essa avaliação é realizada periodicamente pelo PNUD, um conceituado órgão da Organização da Nações Unidas - ONU.

Nosso estado conseguiu crescimento econômico e avanço social apostando na conservação das riquezas naturais. Nossa floresta está 86% preservada e alcançamos significativa redução do desmatamento anual em comparação ao período anterior a 1999. Esses resultados no desmatamento evitado asseguraram ao Acre a captação de mais de 150 milhões de reais referentes a créditos de carbono. O que alinha o Acre com as mais modernas práticas e com a nova economia que vem se desenhando globalmente neste início do século XXI. E, mais importante, são recursos que estão sendo investidos em territórios indígenas, na produção familiar e em iniciativas de diversificação da pecuária acreana, consolidando os programas governamentais de desenvolvimento sustentável.

Um novo ciclo

Nosso movimento pelo Acre tem, novamente, uma tarefa gigantesca pela frente: ajustar o passo, aprumar o olhar e definir, junto com o povo, o rumo a ser seguido diante dos tempos sombrios que o país e o mundo atravessam na atualidade. Felizmente, a experiência política e social acumulada permitiu ao Acre avançar muito à frente da realidade nacional. Por isso, a sociedade acreana pode iniciar um novo ciclo de sua história em melhores condições e com mais sabedoria.

Uma das grandes vantagens que o Acre possui e precisa usar ainda mais em benefício do seu desenvolvimento é sua localização geográfica estratégica. A Amazônia é uma das regiões de maior biodiversidade do planeta e as mudanças climáticas, cada vez mais sentidas por todos, tornam o mercado de serviços ambientais uma realidade concreta e acessível. É extremamente importante investir em pesquisa de ponta e desenvolvimento biotecnológico para maximizar o aproveitamento dos recursos florestais.

Ao mesmo tempo, é fundamental avançar com o desenvolvimento da economia rural. Caso da pecuária, que já alcançou grandes resultados em termos

de produtividade e qualidade. Continuar investindo na criação de aves, peixes e suínos, na produção agrícola familiar e de larga escala e em pequenos negócios que promovam a melhoria da renda dos microempreendedores. Otimizar o uso dos recursos públicos, com ganhos significativos em eficiência e economicidade e mais investimentos na ponta.

Estratégica também é a necessidade de fortalecer o protagonismo do empresariado acreano no investimento e desenvolvimento das cadeias produtivas locais e ocupação de novos nichos de mercado. Nesse sentido, é importante considerar que o Acre possui a qualidade de fronteira internacional, o que permite acessar outros mercados, além do eixo centro-sul brasileiro e da Zona Franca de Manaus. É preciso explorar o imenso potencial de novos eixos econômicos e incrementar a pauta de importações e exportações do estado.

Mas, nenhuma avaliação sobre cenários futuros estará completa sem considerar o principal capital do estado. E, sem dúvida alguma, o melhor do Acre são os acreanos. Esse é o motivo que levou os governos da Frente Popular a tratar os investimentos em educação pública de qualidade como prioridade absoluta. A formação adequada e cuidadosa das novas gerações acreanas é

o principal instrumento de promoção de melhorias consistentes e permanentes para nossa sociedade.

O Acre é hoje um estado multicultural, antenado com o tempo tecnológico e global e, ao mesmo tempo, profundamente orgulhoso de suas tradições culturais e jeitos de ser. Com a recuperação da autoestima de seu povo, nosso estado passou a chamar a atenção de brasileiros e estrangeiros pela dignidade e força das comunidades do interior e das cidades. O que não é surpresa, já que a população acreana é formada por pessoas simples e sem medo do trabalho. Comunidades, famílias e pessoas que só desejam viver com prosperidade e dignidade.

O Acre sempre buscou o seu próprio caminho no mundo. A luta incansável por autonomia econômica, política, cultural, social e individual, ao longo de mais de um século, é a melhor expressão desse desejo de autodeterminação e bem viver que tanto caracteriza a sociedade acreana. As batalhas empreendidas e vencidas pelas sucessivas gerações de acreanos provam isso. Herdeira dos ideais e sonhos de um povo destemido, a Frente Popular tem o compromisso de continuar construindo, de forma democrática e ética, um Acre mais justo e igualitário para todos.





Parte 2

OS EIXOS DO
DESENVOLVIMENTO



Eixo I

**Desenvolvimento
Econômico e
Meio Ambiente**



Eixo: Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Áreas de Resultados: Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Serviços, Meio Ambiente, Defesa Sanitária Animal e Vegetal, Ciência, Tecnologia e Inovação.



Na maior recessão da história recente, o Brasil vive um momento de incertezas e desafios econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu menos 1,0% em 2017, na primeira alta após retração acumulada de 7,2 % em dois anos. A taxa média de desemprego anual subiu de 4,8% em 2014, antes da crise, para 12,7% em 2017, a maior da série histórica da pesquisa (IBGE). A crise de sustentabilidade fiscal associada elevou o risco país, a taxa de juros de longo prazo e a incerteza, reduzindo o consumo e o investimento de forma substancial.

Uma crise que se estende do universo globalizado da economia mundial ao Brasil, acompanhada de descompasso ético e político, atingindo os estados que, como o Acre, se encontravam num mo-

mento de franco desenvolvimento social e econômico.

Ao longo das décadas recentes, apesar das dificuldades estruturais da economia brasileira, o Acre experimentou significativo crescimento econômico. O PIB do Estado subiu de 2,7 bilhões de reais em 2002, para R\$ 13,6 bilhões em 2015, obtendo o quarto maior crescimento do país, com expansão real de 81% no período - no mesmo período, o Brasil teve uma expansão de 45,4 % e a Região Norte de 73,5%.

No mercado de trabalho, enquanto em 1999 apenas 38% dos empregos formais estavam na iniciativa privada, em 2016 essa participação havia subido para 60% (Ministério do Trabalho e Emprego), demonstrando que a expansão

econômica, corretamente, baseou-se no crescimento do setor privado.

Sobre a participação das atividades econômicas na composição geral da economia acreana, os dados do IBGE mostram a agropecuária contribuindo com 10,8% no valor adicionado bruto, enquanto a indústria contribui com 10,0% e o setor de serviços com 79,2%. Isso tudo com a manutenção de nosso maior patrimônio de conhecimento e ativo ambiental: 86% da floresta está conservada, produtiva e/ou habitada.

Entre os principais investimentos no

de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para o apoio ao produtor na recuperação de áreas degradadas e intensificação sustentável da agricultura e pecuária. Para apoiar as ações de fomento foi criado o Fundo Agropecuário Estadual (Funagro), que resultou no crescimento da agricultura mecanizada com recuperação de áreas agrícolas e de pastagens degradadas.

Há 20 anos, menos de 10% das indústrias madeireiras utilizavam matéria prima de origem de manejo. Atualmente, mais de 80% das laminadoras, serrarias

período de 1999 a 2018 pode-se citar o forte incremento na produção e na agricultura familiar. No período recente, a título de exemplo, mais de 500 milhões de reais foram aplicados em cadeias estratégicas, a exemplo da castanha, fruticultura, suinocultura e pecuária de leite e a implantação do Programa Floresta Plantada, em sistema de consórcio, além da ampliação da capacidade de mecanização. Como resultado, houve o crescimento da área plantada com agricultura em 40%, associado a uma redução da dependência do desmatamento de novas áreas para agricultura de 93%, em 1999, para 46%, em 2015.

Com relação à infraestrutura produtiva, foi realizada a ampliação do parque

e processadoras de madeira no Estado do Acre utilizam madeira oriunda, exclusivamente, de áreas de manejo florestal.

Nesse período, houve uma forte ampliação do número de produtores familiares atendidos pela assistência técnica e extensão rural e de contemplados com crédito agrícola. O Governo apoiou, ainda, o fortalecimento de agroindústrias de processamento de produtos extrativistas e agropecuários, tendo como referências a Cooperacre, a Cooperfloresta e a Copermóveis, dentre outras.

Entre 1998 e 2016, o rebanho bovino do Acre cresceu 675%. No ano 2005, o estado foi reconhecido internacionalmente como Zona Livre da Febre Aftosa

com Vacinação. Ainda na pecuária, ocorreram investimentos na estruturação dos arranjos produtivos da piscicultura, avicultura e suinocultura, numa estratégia de empreendimentos Públicos-Privados-Comunitários.

O Zoneamento Ecológico-Econômico fase II foi aprovado pela Assembleia legislativa em 2006 e sancionado pela Presidência da República em 2007, tornando-se, a partir de então, o principal instrumento de planejamento do Estado. O Acre foi o segundo Estado a ter sua

geração de oportunidades e prosperidade, pautada na inovação, inclusão e sustentabilidade; direcionando e acelerando o desenvolvimento econômico do Estado por meio do fomento à formação de sistemas de negócios.

Os sistemas de negócios se caracterizam como “aglomerados” de empresas, cooperativas e associações setoriais (agrícola, pecuário, florestal, industrial, comercial e de serviços), entidades governamentais e do terceiro setor, organizados em torno de vocações locais e que cooperam entre si, gerando vantagens que viabilizam seu crescimento rápido e saudável.

Esse propósito se desdobra em grandes desafios que deverão ser superados com integração, trabalho e foco. Para tanto, são diretrizes para o novo ciclo de desenvolvimento:



- Diálogo permanente do governo com as organizações empresariais, instituições de pesquisa e inovação e demais segmentos sociais envolvidos na implementação da política de desenvolvimento, sob a coordenação direta do Gabinete do Governador;
- Ampliação do protagonismo econômico dos empreendedores privados, com o governo deixando de atuar diretamente

lei de zoneamento ecológico-econômico sancionada e o único a integrar todas as suas políticas a este instrumento de gestão territorial.

Com a criação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre, as ações voltadas ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da pesquisa no Estado também foram fortalecidas.

Desafios e diretrizes

O propósito principal do Governo Marcus Alexandre será elevar o grau de autonomia da economia acreana, com



- na construção de plantas industriais e transferindo a gestão das empresas existentes para o setor privado;
- Dinamização da economia local por meio da revisão das exigências legais, desburocratização dos procedimentos administrativos e maior agilidade nos processos de licenciamento ambiental;
- Ampliação da capacidade técnica, integração e agilidade dos órgãos de governo, com foco nas ações de fomento: crédito,

assistência técnica e infraestrutura (energia, logística, etc.);

- Ampliação dos investimentos na formação profissional e qualificação de mão-de-obra especializada, associada à atração e fixação de capital financeiro e intelectual para a gestão de negócios sustentáveis.

Como estratégias para a efetivação dessas diretrizes, no Governo Marcus Alexandre serão implementadas as seguintes ações:

PROPOSTAS 2019-2022

1. Planejar e priorizar a execução de investimentos públicos e privados a partir da atualização do Zoneamento Ecológico Econômico com foco no desenvolvimento local e regional, consolidação da região de intensa produção agropecuária e conservação das áreas protegidas.
2. Obter o reconhecimento do estado do Acre como Zona Livre da Febre Aftosa sem Vacinação em 2021.
3. Reestruturar os órgãos de apoio
- ao setor rural (produção familiar, agricultura, pecuária e floresta) por meio da unificação das secretarias da área na Secretaria de Estado de Produção e Abastecimento.
4. Criar os núcleos integrados de produção, licenciamento, assistência técnica e defesa animal e vegetal nos municípios.
5. Estabelecer e fomentar, em conjunto com o setor privado, polos prioritários para modernização e verticalização das cadeias produ-

- tivas de alto valor, conforme a vocação de cada região do Estado.
6. Ampliar a Regularização Fundiária intensificando a cooperação com os órgãos federais, priorizando áreas de maior densidade populacional e regiões classificadas como prioritárias para ordenamento territorial.
 7. Modernizar e agilizar o Licenciamento Ambiental com a reorganização dos órgãos de meio ambiente do Estado, simplificação de procedimentos, ampliação e qualificação de equipes e participação da sociedade.
 8. Estabelecer, com protagonismo empresarial, a nova Política de Incentivo à Indústria, Comércio e Serviços, com revisão e atualização da legislação - COPIAI, transferência de domínio das áreas concedidas, consolidação das plantas e dos distritos industriais existentes, incentivo à formação de condomínios industriais e fortalecimento das cadeias produtivas prioritárias.
 9. Integrar e fortalecer as organizações públicas estaduais de ciência e tecnologia, garantindo o financiamento do Fundo de Amparo à Pesquisa, incluindo a adoção dos novos mecanismos de aporte de recursos privados, conforme previsto na LF 10.973/2004.
 10. Reestruturar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis-SEDENS, para concentrar suas ações no fortalecimento da indústria e do comércio, e melhorar a interlocução com o setor



produtivo.

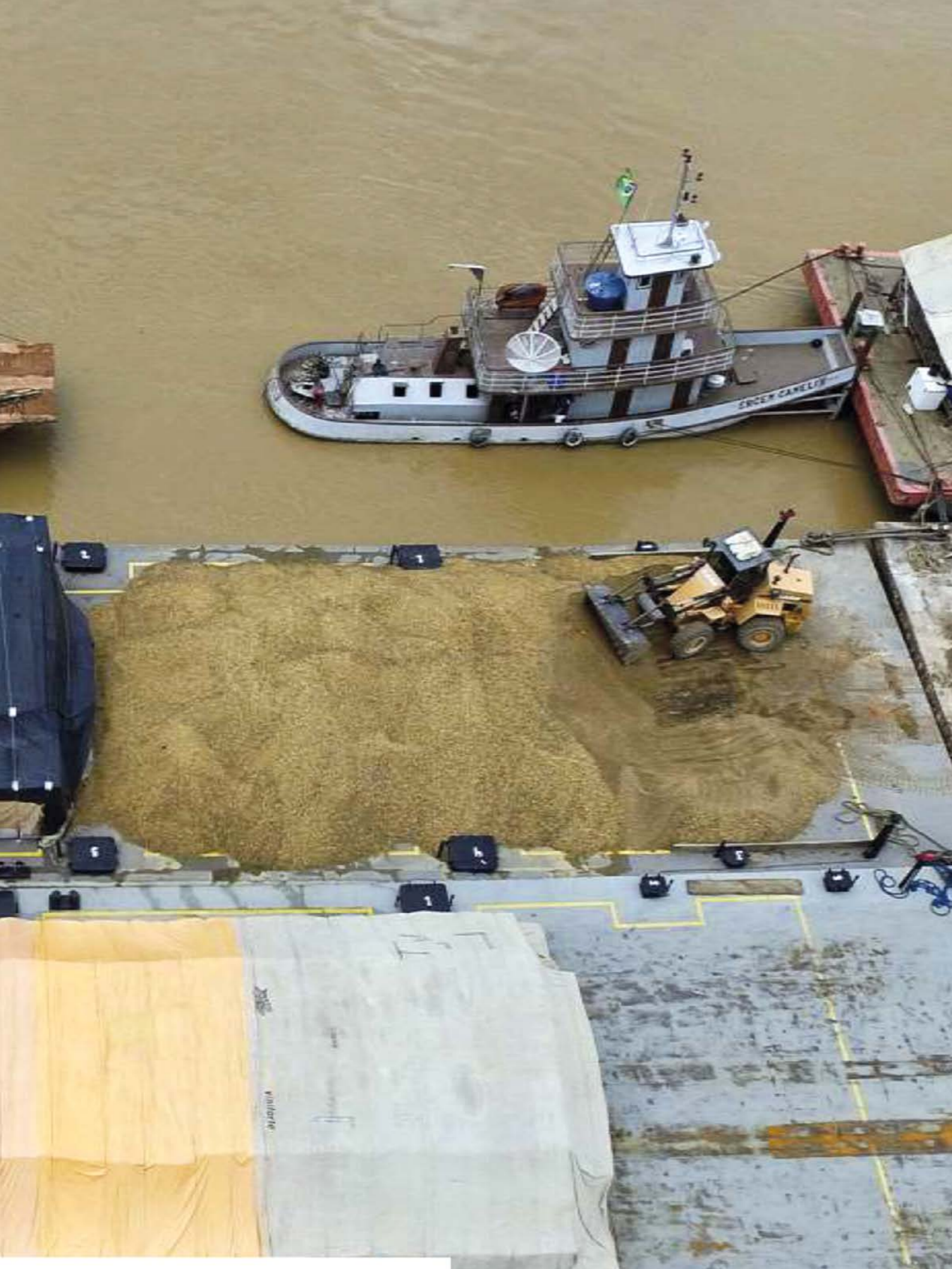
11. Ampliar os investimentos no Programa Estadual de Recuperação e Manutenção de Ramais e Vias Fluviais Prioritárias a partir do fortalecimento do DERACRE, em parceria com as prefeituras.
12. Implantar nova política tributária

com simplificação, modernização e agilização dos procedimentos que envolvam negociação de dívidas, prazos diferenciados, redução de multas e incentivo aos bons contribuintes, com ações como:

- Mudança do Sublimite do Simples para R\$ 3,6 milhões;
- Implementação do Refis 2019: parcelamento de até 120 meses, prazo de adesão ampliado e possibilidade de adesão de parcelamentos anteriores inadimplentes;
- Prazo de até 90 dias para o recolhimento do imposto por Substituição Tributária – ST (de acordo com segmento);
- Estruturar o atendimento da SEFAZ em todos os municípios;



- Alterar a LC 55/97 para limitar multas por infração continuada e incentivo tributário para aquisição de insumos e matéria-prima para processamento e produção.
13. Implantar o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Acre, associado ao fortalecimento e reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Estadual de Meio Ambiente e Conselho Estadual de Florestas como base para a construção, implementação e monitoramento de políticas públicas.
 14. Criar o Programa de Desenvolvimento de Sistemas de Negócios, com ênfase em biodiversidade, inovação e tecnologia, priorizando: biofármacos, turismo de vivência, manejo florestal, games, cine-vídeo-animação, música, fotografia, design, desenvolvimento de software e serviços de TIC e Economia Criativa.
 15. Desenvolver o Programa de Agroindústrias Artesanais, promovendo a padronização, a con-
- formidade legal e sanitária e a identidade dos produtos artesanais produzidos nas diferentes regiões do Estado.
16. Desenvolver um programa de fomento das bacias leiteiras e unidades de cooperativas de produtores familiares.
 17. Fomentar o associativismo e cooperativismo como estratégia de organização produtiva dos trabalhadores rurais visando a geração de novos negócios.
 18. Ampliar as ações do Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais com implementação dos programas associados.
 19. Ampliar a participação do turismo na economia, transformando os principais destinos em negócios sustentáveis com efetiva participação do trade turístico.
 20. Com o apoio da bancada federal, buscar junto ao Governo Federal a implantação do Regime Especial de Fronteira - REFRON para os municípios de Plácido de Castro – Vila Evo Morales (Bolívia) e Assis Brasil – Iñapari (Peru).



Eixo II

Infraestrutura



Eixo: Infraestrutura

Áreas de Resultados: Habitação, Pavimentação/Saneamento Integrado, Transporte/Transito/Mobilidade e Obras Públicas



Em anos recentes, nos governos Lula e Dilma, até 2016, o Governo Federal investiu em grandes programas sanitários, logísticos e habitacionais, como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Programa de Investimentos em Logística e o Minha Casa Minha Vida, o que resultou no avanço de dez posições no ranking de logística, em uma substancial ampliação da cobertura sanitária e na redução do déficit habitacional brasileiro.

Esses programas federais foram complementados e fortemente efetivados pelo Governo do Estado, resultando na conclusão de importantes empreendimentos e na expressiva melhoria das condições de infraestrutura de todas as cidades acreanas.

O que ocorreu foi um verdadeiro mutirão de obras que transformou a realidade dos municípios, até então praticamente sem praças, parques, patrimônio

cultural ou espaços públicos de qualidade; em conjunto com o resgate da autoestima da sociedade, utilizando algumas estratégias de intervenções pontuais.

Foram executadas obras para valorizar as raízes regionais, como a revitalização do patrimônio histórico e cultural e a construção de centros de valorização e difusão da identidade local, como museus, memoriais, centros culturais e bibliotecas, a exemplo de todo o conjunto histórico do centro da capital.

Na área da habitação, nas últimas duas décadas, o Acre realizou o maior programa habitacional de sua história, totalizando mais de 13 mil moradias, incluindo o reassentamento de milhares de famílias que residiam em áreas de risco e foram realocadas no Rui Lino III e na Cidade do Povo, em Rio Branco, por exemplo.

Planejado com todos os serviços públicos, o bairro Cidade do Povo terá

as dimensões do 3º maior município do Estado. Nele, juntamente com as residências, foram construídos Mercado Municipal, Unidade Básica de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento, Terminal de Passageiros, abrigos de ônibus, postos policiais, Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Educação Profissional Campos Pereira, 2 creches pró-infância, 4 escolas estaduais de ensino fundamental e médio, 2 praças da juventude, 12 praças, além de empreendimentos comerciais privados, estando ainda em obras a Delegacia Central, 4 escolas e 2 creches.

Ao esforço de ampliação da infraestrutura básica, somaram-se obras com enfoque em qualidade de vida. Alguns dos locais com piores condições urbanís-

Mâncio Lima e o Parque Ambiental Antônio de Paula, em Cruzeiro do Sul; e os Parques de Feijó, Brasília, Sena Madureira, entre tantos outros.

Destaca-se a implantação de uma rede composta por centenas de equipamentos esportivos, incluindo os referidos parques lineares, além de estádios, centros poliesportivos, praças e quadras, que convidam a população para aderir ao estilo saudável de vida.

O objetivo foi constituir ambientes públicos adequados ao desenvolvimento das mais elevadas relações sociais, de forma a potencializar a consolidação de uma sociedade harmônica e produtiva.

Outra prioridade foi a viabilização do desenvolvimento econômico regional, mediante o fomento ao empreendedorismo sustentável e a estruturação logística do Estado, com destaque para a nossa integração definitiva, através da execução da BR-364 entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, incluindo a construção de 31 pontes. Importante lembrar que, iniciadas em 1968, até o ano de 1999, essas obras desafiadoras tinham avançado apenas 30%.

Foi também concluída a BR-317, entre Rio Branco e o Estado do Amazonas e entre Rio Branco e Assis Brasil, integrando-a com a Estrada do Pacífico na fronteira com o Peru e a Bolívia, bem como realizada a pavimentação de 250 km de estradas estaduais, mais do que os 217 km existentes até 1999, totalizando 467 km.

Anualmente, em conjunto com o INCRA, foram executadas a abertura, a re-



ticas, ambientais, sanitárias e sociais do estado, transformaram-se em símbolos da nova etapa de restauração do otimismo e da esperança, como a Encosta da Gameleira, o Mercado Velho, a revitalização do Palácio Rio Branco, os Parques da Maternidade, do Tucumã/Universitário, do Palheiral, em Rio Branco; a Avenida

cuperação e a manutenção de 3.500 km de ramais, incluindo o melhoramento e piçarramento de pontos críticos, além da recuperação de pontes de madeira e bueiros.

A quantidade de aeródromos foi ampliada em 85%, aumentando de 6 para 11 unidades, além da construção dos novos aeroportos internacionais de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Foi implantada uma nova e impactante infraestrutura para o setor produtivo, que incluiu distritos e unidades industriais, silos, galpões e outros investimentos nas cadeias produtivas de piscicultura, suinocultura, avicultura, agricultura, pecuária e produtos florestais, entre outros.

Esses investimentos foram estendidos aos empreendimentos voltados à economia solidária, como as feiras permanentes, os eventos, pequenos negócios comunitários, casas de farinha, centros de artesanato e mercados públicos.

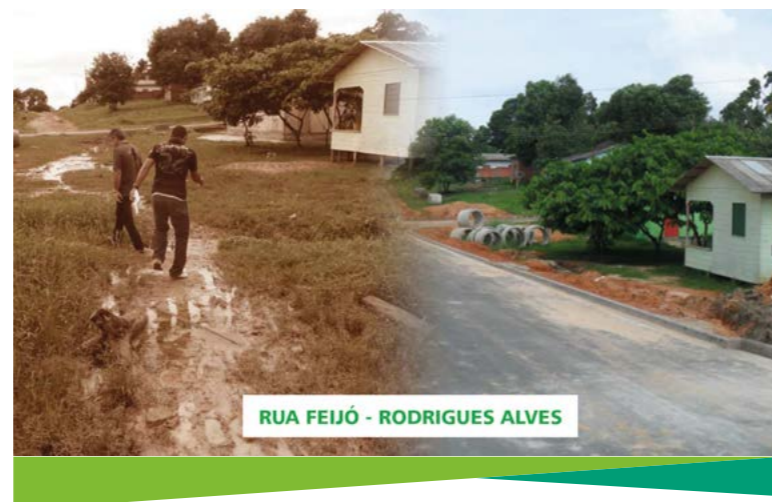
No importante tema da mobilidade, as melhorias foram significativas, com a implantação de ciclovias, calçadas, avenidas e dos terminais de ônibus, praticamente reconstruindo as nossas cidades como as conhecemos atualmente. Para



exemplificar, em Rio Branco, podemos destacar intervenções estruturais como a Nova Avenida Ceará, a Via Verde com

a 3ª Ponte (Anel Viário da cidade), o Complexo Amadeu Barbosa, incluindo a 4ª Ponte, e a Via Chico Mendes, dentre outras;

Em relação ao saneamento básico, foram alcançadas conquistas em todas as cidades do Acre nos últimos anos, incluindo a pavimentação de 893 km de vias urbanas, a implantação de mais de 350 km de redes de drenagem e de 450 km de redes de esgotamento sanitário, além de dezenas novas Estações de Tra-



tamento de Esgoto.

Com isso, 55% da capital passou a ser abastecida com coleta de esgotos e 75% da população urbana do Acre com água tratada, um aumento de 336% na cobertura, em função de ações como o aumento de 425% nas ligações ativas de água, 300% na extensão de redes e 565% no volume de água tratada.

Os municípios de Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus, Porto Walter e Jordão, com os menores indicadores de desenvolvimento humano, estão recebendo obras que resultarão em aproximadamente 100% de Saneamento Básico (água potável, esgotamento sanitário, drenagem de água das chuvas e pavimentação) na área urbana dessas

localidades, tornando-os referências nacionais.

O Estado assumiu a responsabilidade pelos sistemas sanitários de todos os municípios. Em Rio Branco, a Prefeitura construiu uma moderna Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos – UTRE, tornando-se referência nacional em coleta e tratamento do lixo.

Todos estes investimentos impactaram positivamente nos indicadores de qualidade de vida da população, a exemplo da redução de aproximadamente 48% na mortalidade infantil no Estado, entre 2000 e 2016, saindo de 29,2 para 15,2 óbitos a cada 1.000 indivíduos nascidos vivos.

No que se refere à infraestrutura educacional, foram construídas 111 novas unidades e reformada toda a rede urbana e rural, somando mais de 670 obras realizadas.

O setor de saúde pública também experimentou uma impactante evolução em sua infraestrutura, saindo da condição indigna em que se encontravam as escassas unidades existentes para uma rede significativamente ampliada e modernizada, ainda que demandando novos investimentos.

Avançamos muito em todas as áreas, reduzindo severamente as condições precárias de infraestrutura que anteriormente penitenciavam quase toda a popu-

lação. Precisamos continuar avançando. Sabemos que os desafios são grandes, mas a capacidade de trabalho do povo acreano é ainda maior.

Temos necessidade de viabilizar a manutenção das estradas federais e estaduais, além das vias urbanas e ramais, mobilizando junto à União todos os recursos possíveis para alcançar soluções efetivas, com foco nas pessoas.

Precisamos reestruturar o transporte fluvial do Estado, priorizando a região do Juruá, com intervenções nos leitos dos rios e nos portos estratégicos, para adequá-los às escalas de transporte atuais.

Os espaços e edifícios públicos demandam ações de manutenção continuada, precisando de investimentos indispensáveis para sua funcionalidade, bem como para a devida qualidade dos serviços.

Da mesma forma, o pleno funcionamento dos novos hospitais e das ampliações em curso é um desafio prioritário, assim como a reforma e adequação de diversas outras unidades na capital e no interior.

Temos também que garantir o aprimoramento das relações entre o Estado e as empresas prestadoras de serviços, com foco no planejamento e divulgação dos investimentos de governo.



PROPOSTAS 2019-2022

1. Criar o Núcleo de Projetos Estratégicos de Infraestrutura, com a atribuição exclusiva de qualificar demandas, conceituá-las de acordo com as diretrizes de sustentabilidade e definir prioridades estratégicas do segmento.
2. Produzir uma carteira de projetos prioritários, conciliando as demandas do Estado com as linhas de crédito tradicionais e também com fontes inovadoras, como as Parcerias Público/Privadas e similares.
3. Articular com a Prefeitura Municipal de Rio Branco e as universidades a instalação do Escritório de Engenharia Pública, objetivando a assistência técnica gratuita da população de baixa renda.
4. Anunciar anualmente o Calendário de Obras, objetivando organizar a contratação de obras públicas e integrar as demandas setoriais e os investimentos.
5. Implantar um programa de manutenção permanente das estradas estaduais, abrangendo recuperação, sinalização e manutenção preventiva do pavimento.
6. Coordenar e articular com o Governo Federal e a Bancada do Acre no Congresso Nacional a realização de obras prioritárias nas rodovias federais:
 - BR-364: Ponte sobre o Rio Juruá em Rodrigues Alves;
 - BR-364: Duplicação no trecho entre o aeroporto de Rio Branco e a cidade de Bujari;
 - BR-364: Ponte sobre o Rio Madeira, integrando os Estados do Acre e Rondônia;
 - BR-317: Execução das obras da Ponte sobre o Rio Acre e do Anel Viário em Brasileia;
7. Realizar obras de urbanização no 2º Distrito de Rio Branco, implantando vias marginais ao longo da BR-364, da Corrente até a Rotatória do Distrito Industrial, incluindo vias laterais, calçadas, ciclovias e iluminação (Belo Jardim I e II e Santo Afonso).
8. Apoiar os municípios na revitalização dos acessos principais das cidades, com intervenções em pavimentação, sinalização e calçadas, a exemplo do Bujari, Manoel Urbano e Vila Campinas (Plácido de Castro).
9. Reativar as usinas de asfalto do DERACRE em Brasiléia e Feijó e incentivar o setor cerâmico nos municípios para apoiar a conservação de ruas e acessos principais.
10. Restaurar e duplicar a Ponte Metálica de ligação entre Brasileia e Epitaciolândia.
11. Pavimentar a estrada Variante, em Xapuri, ligando a BR-317 à sede do município.
12. Apoiar a Prefeitura de Rio Branco na consolidação do Centro Comercial Popular da Capital (Calçadão – Shopping Popular).
13. Ampliar o Parque Antônio de Paula, em Cruzeiro do Sul, até o Bairro da Várzea.
14. Executar a primeira etapa das obras de duplicação e urbanização na es-

- trada de acesso ao aeroporto de Cruzeiro do Sul, AC-405, incluindo ciclovias, calçadas e mobilidade em geral.
15. Reativar o transporte fluvial, desobstruindo rios e Implantando Terminais de Carga, de Passageiros e embarcadores, ao longo dos rios Juruá, Envira, Tarauacá, entre outros.
16. Reativar o Programa Rotas Aéreas, priorizando um novo modelo de gestão dos aeroportos e aeródromos, melhoria na infraestrutura (incluindo a recuperação do pavimento da pista) e barateamento das passagens.
17. Modernizar o Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal.
18. Implantar a Rede Integrada de Transporte Coletivo Urbano e Intermunicipal, através da integração entre os sistemas de transportes de passageiros intermunicipais de Bujari, Porto Acre e Senador Guiomard e o Sistema de Transportes de Rio Branco;
19. Priorizar Mobilidade, Transportes e Trânsito nas intervenções a serem realizadas em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, em conjunto com as Prefeituras.
20. Concluir os investimentos de saneamento integrado em Jordão, Santa Rosa do Purus, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, incluindo pavimentação, abastecimento de água e coleta/tratamento de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e aterros sanitários.
21. Modernizar a gestão e o sistema de saneamento, ampliando o abastecimento de água em Rio Branco, principalmente na região do Alto São Francisco.
22. Ampliar a produção de água potável oriunda do Sistema de Abastecimen-

- to no interior do Estado, diminuindo a intermitência de fornecimento, com a possibilidade de entrega diária em todos os municípios.
23. Implantar um novo Programa de Habitação de Interesse Social no Estado (Habitação Solidária), com foco em estratégias de subsídio habitacional, lotes urbanizados e requalificação de imóveis insalubres, em conjunto com a construção de novas unidades.
24. Articular junto à União a garantia de internet e telefonia móvel com qualidade em Rio Branco, nos municípios do interior e em comunidades/vilas com maior população.
25. Com o apoio da Bancada, priorizar gestões junto ao Governo Federal para ampliação da oferta de energia com qualidade nos municípios, com destaque para:
 - Implantação da linha de transmissão Sena Madureira – Cruzeiro do Sul, Brasileia – Assis Brasil;
 - Nova etapa do 'Luz Para Todos';
 - Investimento na melhoria do sistema de distribuição nos municípios.
26. Concluir as obras em execução do Programa 'Ruas do Povo' nos municípios de Feijó, Acrelândia e Plácido de Castro. Em Rio Branco, finalizar as intervenções nos bairros Belo Jardim I e II, Conjunto Esperança, Portal da Amazônia, Rui Lino/Joafra, Loteamento Salin Farhat, Boa Vista/Sobral, Conquista, Baixada da Habitasa, Placas/Ouricuri, dentre outros.
27. Urbanizar a Avenida Internacional, que liga o município de Plácido de Castro à Vila Evo Morales, na Bolívia, incluindo calçadas acessíveis, pavimentação, ciclovia, sinalização e iluminação pública.



Eixo III

Governança,
Transparência
e Gestão



Eixo: Governança, Transparência e Gestão

Áreas de resultado: gestão administrativa; planejamento, monitoramento e avaliação; gestão tributária e financeira; tecnologia da informação e comunicação; controle interno; controle social e comunicação pública.

No decorrer dos últimos anos, a sociedade brasileira vem experimentando um elevado grau de transformações sociais, políticas e econômicas. Na administração pública, essas mudanças ressoam na exigência, cada vez maior, de excelência nos serviços, maior controle social e aumento na transparência das ações.

No Acre, o modelo de Gestão Pública adotado pelo Governo Estadual tem buscado corresponder a essas novas aspirações da sociedade, respeitando a legislação vigente, estabelecendo tratado institucional com os demais poderes e procurando primar pela eficiência e transparência.

O Governo *Marcus Alexandre*, no eixo Governança, Transparência e Gestão, terá como objetivo **criar condições para que o Estado possa enfrentar tempos de incertezas e transformações, inovando e modernizando os processos de gestão do patrimônio e dos recursos públicos, primando por maior efetividade nas políticas, pelo aumento da produtividade e valorização dos servidores, com intuito de estabelecer uma relação de confiança entre Estado, servidores e população, assegurando que os serviços públicos cada vez mais atendam às demandas da sociedade.**

No passado a máquina pública estava esfacelada e os servidores não sabiam quando receberiam seus salários, já com tantos atrasos. Os prédios estavam em ruínas e os setores sem equipamentos básicos. Enfim, a sociedade não confiava

no governo e nem esperava muita coisa dele. No período recente, foram muitas as conquistas na Gestão Pública. Destacam-se a gestão orçamentária e financeira pautada pela responsabilidade e transparência, a manutenção do equilíbrio fiscal e a credibilidade nacional e internacional do Estado; conquistas que possibilitaram ao Acre acessar fontes de investimentos fundamentais para financiar seu desenvolvimento.

Foram implantados o sistema de monitoramento dos programas e projetos, os sistemas gerenciais de gestão, além dos avanços na infraestrutura de rede lógica, favorecendo a modernização dos processos de gestão da tecnologia da informação e de comunicação na administração pública.

A Política de Atendimento ao Cidadão, com a criação da Organização em Centros de Atendimento (OCA), representa grande marco do Governo do Acre na universalização e desburocratização do serviço público.

Na área de controle, ações voltadas para garantia de maior eficiência operacional foram intensificadas. Criou-se a Controladoria Geral do Estado, responsável pela coordenação e avaliação do sistema de controle interno; o Portal da Transparência; e o Sistema Eletrônico de Serviços de Informação ao Cidadão (e-SIC).

A transparência, assim como o controle interno, vem avançando. No indicador nacional Escala Brasil Transparente, do Governo Federal, em janeiro de 2017,

o Acre foi destaque, com desempenho de 9,3. O que mostra que o Estado está no caminho certo, almejando o alcance dos princípios estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação.

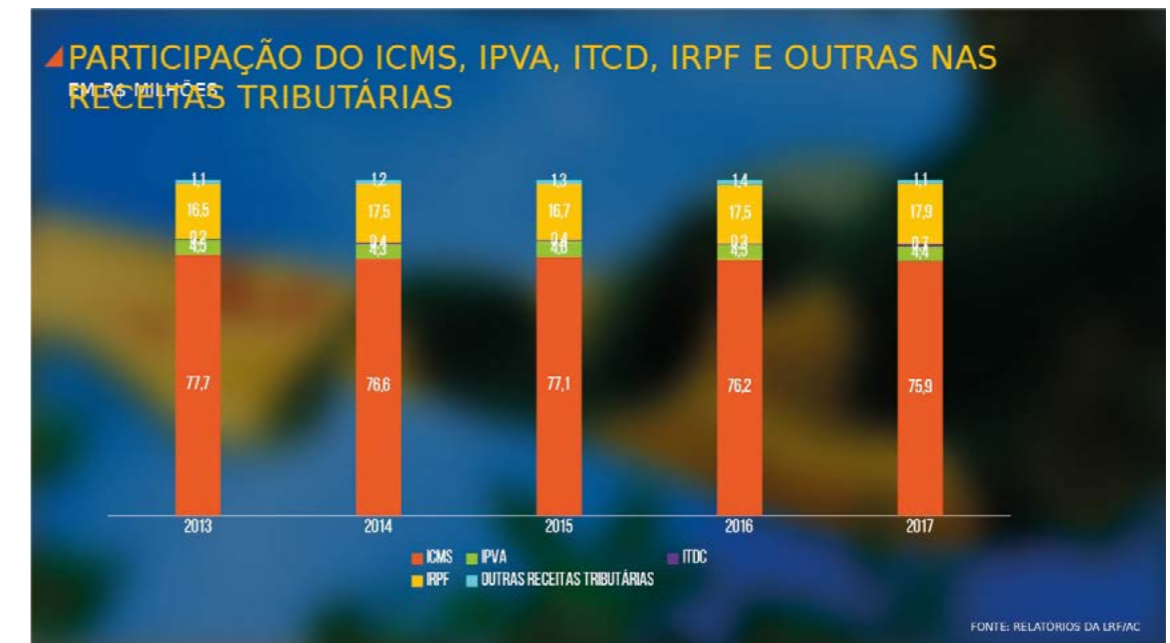
A criação da Fundação Aldeia de Comunicação (TV e rádios) e implantação da Agência de Notícias do Acre consolidaram o Sistema Público de Comunicação como ferramenta essencial na geração de conteúdos de interesse social.

Mais recentemente, uma marca importantes foi o expressivo crescimento, em mais de 97%, na arrecadação dos

tributos de competência do Estado; e o crescimento de mais de 82% nos repasses constitucionais aos municípios, favorecendo a sustentabilidade econômica dos mesmos.

Houve forte ampliação do quadro de servidores, por meio de novos concursos, e um esforço grande na implementação de planos de cargos, carreiras e salários para praticamente todas as categorias, aliado ao trabalho de formação continuada dos trabalhadores.

Em meio à grande crise econômica e política brasileira que desestabilizou



a maioria das unidades da federação, o Acre garantiu a manutenção regular dos pagamentos e a ampliação das remunerações salariais, comprovando o respeito que o Governo tem pelos servidores públicos.

Para o Acre seguir avançando na governança pública, este Plano União e Inovação apresenta como diretrizes:

- A contínua modernização dos processos internos da adminis-

tração pública, com efetiva elevação do padrão de qualidade no atendimento ao cidadão;

- Promoção de uma administração fiscal moderna e eficiente, preparando o Estado para superar a crise econômica e previdenciária que o país e o Estado atravessam, com rigoroso planejamento e monitoramento dos gastos;
- Integração dos instrumentos de

planejamento de governo (PPA, LDO e LOA) com os de monitoramento e gestão (contábil, pessoal, dentre outros), para maior controle dos resultados e melhor tomada de decisão;

- A adoção de uma lógica de rede na condução dos processos de governança pública, buscando maior alinhamento da equi-

pe com os objetivos da gestão; maior efetividade na comunicação com a sociedade; a análise de sinergias e a identificação dos efeitos sistêmicos das políticas públicas, dentre outros;

- Simplificação, padronização e automatização dos procedimentos administrativos e das normas do Estado, melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas;
- A adoção de padrões elevados de governança pública, tais como o fortalecimento do controle social e a consolidação do Sistema de Controle Interno, com a implantação da Ouvidoria Pública.
- Diretrizes a serem efetivadas por meio da adoção das iniciativas de inovação e modernização da gestão pública detalhadas abaixo:



PROPOSTAS 2019-2022

1. Implantar uma Agenda Inovadora para o Desenvolvimento do Estado, contemplando as Parcerias Público Privadas (PPP), a atração e promoção de fundos de investimento, as parcerias estratégicas com o Governo Federal e com as agências nacionais e internacionais de fomento ao desenvolvimento regional.
2. Estimular a ampliação das fontes de recursos financeiros para as micro

e pequenas empresas e estimular a adequação de mecanismos de garantia ao crédito compatíveis com realidade do setor de comércio e serviços.

3. Garantir uma gestão por resultados, com a melhoria e otimização da estrutura administrativa, a inovação das rotinas e protocolos administrativos e a adoção de meios efetivos de monitoramento e avaliação das

políticas públicas.

4. Implantar a OCA Cruzeiro do Sul (Centro de Atendimento ao Cidadão), promovendo a integração do atendimento do Governo no Vale do Juruá, aumentando a resolutividade e reduzindo a burocracia.
5. Universalizar e desburocratizar os serviços públicos por meio da disponibilização de serviços online à população, visando atendimentos mais ágeis e eficazes.
6. Fortalecer o Sistema de Controle Interno, com a implantação da Ouvidoria e a estruturação do quadro de pessoal.
7. Fazer uso intensivo das Tecnologias da Informação e Comunicação, buscando maior interligação entre os órgãos de governo, com investimentos em infraestrutura e sistemas.
8. Reestruturar e modernizar o Sistema Público de Comunicação: descentralização e fortalecimento da gestão; integração e consolidação da rede de comunicação; adequação tecnológica da radiodifusão, e uso das novas plataformas e mídias sociais.
9. Implantação integral dos dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LF 12.527/2011), ampliando a disponibilidade de dados (transparência ativa), abrindo canais de informação direta aos cidadãos e instituindo metodologia de acompanhamento e avaliação do cumprimento de prazos e procedimentos pelos órgãos de Governo.
10. Ampliar e fortalecer os canais institucionais de participação social e comunitária na elaboração e implementação das políticas públicas, em todas as áreas de Governo, estimulando o protagonismo da sociedade;

11. Desenvolver vigorosa política de valorização dos servidores públicos, com medidas como:

- Manutenção de diálogo permanente com as categorias profissionais, buscando a manutenção de ambiente de respeito, compartilhamento de responsabilidades e valorização do serviço público;



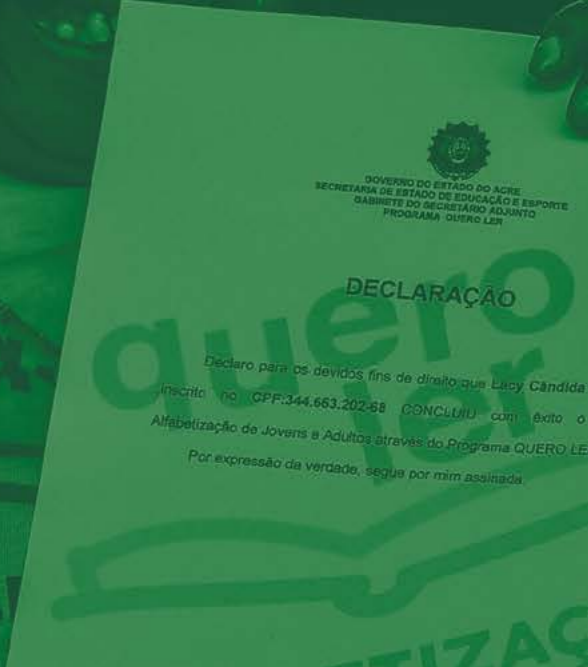
- Ações gerenciais voltadas à melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor, em todos os órgãos do governo;
- Revisão da política e reestruturação das ações de humanização da gestão pública;
- Ampliação da oferta de capacitação aos servidores, referenciada no Mapa de Competências da Administração Pública, visando o desenvolvimento do potencial humano de cada servidor;
- Atenção às condições de trabalho e à oferta dos recursos tecnológicos e operacionais necessários ao exercício das funções públicas.

12. Buscar soluções alternativas e inovadoras para reduzir o déficit previdenciário, dispondo de ativos econômicos e financeiros do Estado.



Eixo IV

Desenvolvimento Social: Serviços Básicos e Inclusão



Eixo: Desenvolvimento Social: Serviços Básicos e Inclusão

Áreas de resultados: Educação e Formação Profissional, Saúde, Assistência Social, Pequenos Negócios, Cultura e Esporte e Lazer.



A garantia de acesso aos serviços sociais básicos, como saúde, educação e inclusão produtiva, vinculada aos princípios ético-políticos de respeito à dignidade das pessoas e redução das desigualdades, esteve sempre no centro das políticas empreendidas pelos Governos da Frente Popular.

O resultado amplamente positivo dessa priorização pode ser observado, por exemplo, na evolução recente dos indicadores gerais de bem-estar da população, tais como: a elevação da esperança de vida ao nascer, que saltou de 66,4 anos (ano 2000) para 74,2 (ano 2017); a queda na mortalidade infantil, que baixou de 29,2 (ano 2000) para 15,2 (ano 2016) por 1.000 nascidos vivos; e a significativa elevação do índice de desempenho da educação básica do Estado na avaliação do MEC, que em duas décadas saiu das últimas para as primeiras posições.

No Novo Ciclo de desenvolvimento do Acre, na gestão Marcus Alexandre, a ação governamental estará ainda mais centrada nas pessoas, por meio de políti-

cas públicas que resultem em melhorias no bem-estar geral, e que considerem as diferentes dimensões das necessidades humanas. O ambiente desse Novo Ciclo é bem diferente do vivido até recentemente, quando as políticas sociais estavam no centro da agenda nacional. Diante do desmonte da rede de proteção social que está sendo realizado em âmbito federal pelo governo Michel Temer, para que sejam garantidas as condições básicas de apoio e promoção das famílias e comunidades em condição de vulnerabilidade, será necessário muito trabalho e elevada capacidade de inovação da gestão pública estadual.

Educação e Formação Profissional

Das intensas transformações ocorridas no Acre nos últimos anos, sem dúvida a mais expressiva foi a melhoria na qualidade da educação pública, conforme atestam todos os instrumentos

de avaliação utilizados pelo Ministério da Educação.

A prioridade foi sempre a universalização do acesso ao ensino com qualidade, orientada por meio de um rigoroso



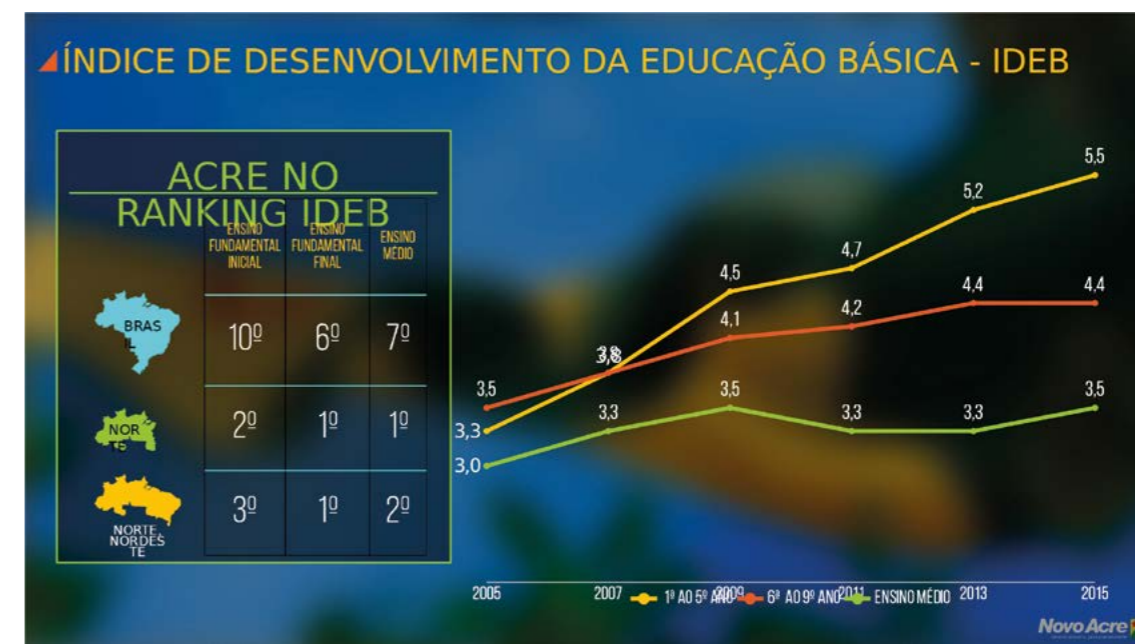
processo de planejamento estratégico. Prioridade efetivada com fortes investimentos na ampliação da oferta dos serviços educacionais, inclusive para as comunidades rurais mais isoladas; a melhoria na infraestrutura física das escolas; o combate intenso ao analfabetismo de adultos; o aumento da permanência do aluno na escola; a valorização dos profissionais da educação por meio de melhores salários, programa de forma-

ção continuada, formação inicial superior, dentre outras medidas.

Dessa forma, foi garantida a oferta de todas as etapas escolares e modalidades de ensino nos municípios, com um olhar diferenciado para as comunidades e populações que moram em áreas mais isoladas e de difícil acesso, para quem foram implantados programas inovadores como o 'Asas da Florestania' e a Educação Escolar Indígena, com características específicas, interculturais e diferenciadas.

Com o Programa 'Quero Ler', o Governo assumiu o desafio de reduzir os índices de analfabetismo de jovens, adultos e idosos no Acre. Também priorizamos a inclusão escolar das pessoas com deficiência no ensino regular. No que se refere às inovações, foram implantados o Centro de Estudos de Línguas, o Instituto de Matemática, Ciências e Filosofia, a Mostra 'Viver Ciência', as Escolas Jovens de Ensino Médio em Tempo Integral e as Escolas Militares.

O Acre deixou de ocupar as últimas posições nas avaliações nacionais e hoje ocupa a 11ª posição no Ensino Fundamental - Séries Iniciais, 6ª posição no Ensino Fundamental - Séries Finais, e 8ª posição





no Ensino Médio, sendo, na região norte, o 2º lugar nos Anos Iniciais, 1º lugar nas Séries Finais e 1º lugar do Ensino Médio.

Para seguir avançando na educação de qualidade para todos, os desafios do Acre para os próximos anos são:

- Ampliação do apoio às redes municipais na universalização da educação infantil e na alfabetização na idade certa;
- Em relação ao Ensino, seguir avançando na elevação do desempenho dos alunos, na redução da evasão escolar, na ampliação do número de escolas em tempo integral, na garantia da oferta da educação de jovens e adultos e na ampliação e fortalecimento da educação escolar indígena;
- Na educação superior, em regime de parceria, ampliar a oferta de cursos presenciais nos municípios e possibilitar maior cobertura de cursos na modalidade educação à distância, garantindo sua presença em todas as regiões do Estado.

Compreendendo a educação para o trabalho como modalidade fundamental

para garantir o desenvolvimento econômico e social - uma vez que prepara o cidadão para ingressar e permanecer no mundo do trabalho com maior produtividade - no Governo Jorge Viana foi criado o Instituto Dom Moacyr. A iniciativa oportunizou a formação para o trabalho a mais de 100 mil pessoas, sendo 70 mil apenas nos últimos 8 anos. Para tanto, foram realizados investimentos na estruturação da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica e, em parceria com os governos Lula e Dilma, na oferta de cursos em todo o Estado. O desafio agora é consolidar a Educação Profissional, nas suas diversas modalidades, como estratégia de elevação do perfil da força de trabalho acreana, integrando as redes existentes (IDM, Sistema S, IFAC e escolas privadas) e intensificando a articulação da oferta de cursos com as políticas de desenvolvimento nas regionais do Estado.

Saúde

Na saúde pública, onde o Estado é responsável pelos serviços de média e alta complexidade e gestão do siste-

ma, apesar das dificuldades verificadas, o Acre avançou muito. Destacam-se a ampliação da oferta de serviços de alta complexidade, a qualificação da assistência, a bem estruturada rede de urgências e o forte investimento na ampliação da estrutura de hospitais, laboratórios e serviços.

O Acre é o único Estado da Região Norte e o quinto melhor classificado do Brasil no número de transplantes de fígado, com destaque também para os transplantes de rins e córneas. Outros serviços de alta complexidade até há pouco inexistentes, hoje são regularmente ofertados, como hemodiálise, procedimentos complexos em cardiologia e neurologia e um bem estruturado serviço de tratamento de doenças crônicas de elevada incidência em nossa região, como as hepatites.

Nos últimos anos, mais de 3 mil profissionais em saúde foram contratados por concurso para as diversas áreas do sistema. Na infraestrutura, a construção, reforma e ampliação de hospitais e UPAs trouxeram melhorias nas condições de trabalho e garantiram a oferta de leitos e serviços compatíveis com as normas do Ministério da Saúde. Neste momento, preparando o Sistema para o futuro, novas unidades estão em construção, como o Hospital Regional de Brasileia, o INTO em Rio Branco, a área vertical do HUERB, a UPA de Cruzeiro do Sul e, em parceria com o Hospital de Barretos, o Centro de Diagnóstico em Oncologia.

Para melhorar a qualidade e a efeti-

vidade no atendimento aos pacientes da saúde mental, vem sendo estruturada a Rede de Atenção Psicossocial e outras ações de assistência e prevenção; o Programa 'Melhor em Casa' realiza atendimento em domicílio, proporcionando ao paciente um cuidado mais próximo da rotina da família; a cobertura de 98% das gestantes do SUS atendidas pela Rede Cegonha e a ampliação dos leitos de UTIN (Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal) são conquistas importantes na saúde materna e infantil, bem como a implantação, em dez municípios, do Programa Primeira Infância Acreana (PIA), que mobiliza e qualifica as equipes municipais de saúde para o acompanhamento das crianças de 0 a 6 anos. Por meio do Programa Saúde Itinerante o Governo interioriza o atendimento às populações ribeirinhas, indígenas e rurais.

O conjunto de todos esses investimentos e a qualificação dos serviços vem refletindo positivamente nos principais indicadores da saúde da população, com destaque para a redução da mortalidade infantil, a queda em 21% do índice de gravidez na adolescência, a redução e controle de casos de dengue através de campanhas e apoio aos municípios, dentre outros.

Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais para a consolidação do Sistema e a melhoria constante dos serviços de saúde, cujo enfrentamento será orientado pelas seguintes diretrizes:



- Defesa do SUS como oferta gratuita de assistência em saúde à população.
- Apoio aos municípios na melhoria e qualificação da Atenção Básica.
- Implementação das redes assistenciais e estruturação das linhas de cuidado.
- Modernização dos serviços e melhoria da assistência à população.
- Atendimento humanizado aos usuários dos serviços de saúde, fortalecendo as práticas do cuidado e o acolhimento afetivo.
- Regionalização da saúde, consolidando as instâncias de governança e o planejamento integrado com os municípios.
- Consolidação dos serviços de regulação do acesso e da assistência em saúde.
- Fortalecimento do controle social.

Assistência Social

Na Assistência Social, os governos da Frente Popular atuaram fortemente na transformação das ações assistenciais em política pública de afirmação de direitos, superando o velho paradigma assistencialista que traduzia ação pública em favor político.

A lógica assistencialista foi superada e em seu lugar surge o Sistema Público. Um avanço possibilitado pelas ações estruturais realizadas, com destaque para a formação permanente dos trabalhadores do SUAS, a integração de serviços e benefícios, a consolidação dos instrumentos de

monitoramento e avaliação e a integração com as demais políticas públicas. O apoio aos municípios na implantação de programas estratégicos e o investimento na implantação da rede de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados, também teve papel fundamental.

Como visto, a última década foi marcada pela expansão do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. O compromisso agora é continuar avançando em sua consolidação de forma a, em regime de colaboração com os municípios, universalizar a proteção a todas as pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Para isso, os desafios a serem assumidos pelo Governo Marcus Alexandre são:

- Ampliação do cofinanciamento estadual, apoiando melhor os municípios nos serviços socioassistenciais;
- Universalização da oferta de serviços especializados;
- Ampliação de vagas nas unida-



des e serviços de acolhimento, priorizando crianças, adolescentes e idosos;

- Ampliação do atendimento da equipe volante, buscando equidade no atendimento à população da zona rural, comunidades indí-



- genas e regiões de difícil acesso; Implementação das ações pactuadas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (2018/2019).

Pequenos Negócios

A criação da secretaria de Pequenos Negócios foi um marco para a geração de renda e inclusão socioproductiva de milhares de pessoas e famílias, por meio do fomento aos pequenos negócios e/ou microempreendimentos individuais ou solidários. Foram articuladas ações de capacitação, produção, industrialização e comercialização que proporcionaram oportunidade de geração de renda e autonomia econômica para mais de 23 mil pessoas em todo o Estado.

Trata-se de uma política em desenvolvimento que demanda fortalecimento e ampliação. O desafio é integrar a concessão dos benefícios ao assessoramento, avaliação e orientação dos beneficiários, possibilitando a eles maior capacidade de gestão do seu negócio, maior autonomia e efetiva melhoria de vida.

Cultura

No Acre que avança, a Cultura passou a ser entendida em seu conceito mais amplo, sendo reconhecida como patrimônio coletivo da sociedade e de representação da identidade do povo, o que fortalece os saberes e fazeres lo-

cais. Com a implantação do Sistema Estadual de Cultura e da Lei de Incentivo, houve avanço no fomento às manifestações artísticas e culturais desenvolvidas por pessoas e grupos organizados.

Na infraestrutura, destaca-se a restauração e a construção de equipamentos como a Biblioteca da Floresta, as Bibliotecas Públicas de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e diversos outros municípios, a Escola de Música, a Usina de Artes, o Memorial dos Autonomistas, dentre outros. Neste momento, está em construção o Museu dos Povos Acreanos, e foi iniciada a reforma e revitalização dos espaços já existentes - investimento de mais 47 milhões de reais em 20 equipamentos públicos.

Valorizar as diferentes formas de expressão da cultura local continua sendo um desafio para o próximo período, com destaque para a necessidade de interiorização das ações e, no campo da gestão do sistema, a ampliação do financiamento por meio dos Editais de Incentivo, consolidação do Plano Estadual e do Fundo Estadual de Cultura.

Esporte e Lazer

Nos tempos atuais, qualidade de vida implica também em práticas cotidianas de esporte e lazer. O esporte é um dos mais importantes fenômenos sociais. É meio para a prática de vida saudável e mobilização das pessoas; fortalece vínculos sociais, comunitários e identitários.

Hoje o Acre dispõe de uma moderna

legislação de incentivo ao Esporte e Lazer, com o Governo financiando projetos das comunidades e dos mobilizadores esportivos espalhados por todo o Estado, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos. Nos últimos anos, vêm sendo realizados investimentos em festivais esportivos, campeonatos, jogos nas comunidades, ginástica funcional, dentre diversas outras modalidades. Ação reforçada pelo apoio técnico oferecido a grande número de entidades esportivas. Ao todo, somente em 2017, mais de 100 mil pessoas foram beneficiadas, direta ou indiretamente, com essas ações.

Na oferta de espaços e equipamentos públicos, destacam-se as quadras poliesportivas construídas em grande número de escolas, os estádios Arena da Floresta e Arena do Juruá, os equipamentos de esporte e lazer nos parques das cidades, dentre outros aparelhos.

Para o próximo ciclo, os desafios são:

- Fortalecimento da gestão da área, com a criação de uma se-

cretaria específica;

- Garantia de financiamento das ações regulares, com a adoção de novas formas de custeio;
- Fortalecimento do diálogo com as organizações de atletas e praticantes das diversas modalidades esportivas e com usuários de serviços e espaços de lazer, proporcionando maior interação na definição e execução dos programas e projetos setoriais;
- Incentivo à formação de novos atletas;
- Viabilização do espaço apropriado para a prática de esportes radicais na região do Juruá.

Seguir avançando é nosso compromisso, conscientes que a superação da pobreza, a geração de bem-estar e a promoção de comunidades saudáveis são objetivos que devem ser compartilhados por toda a sociedade acreana.



PROPOSTAS 2019-2022

Educação e Profissionalização

1. Apoiar os municípios no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (2º ano do Fundamental I) e Educação Infantil Pré-escolar aos 4 e 5 anos.
2. Ampliar o número de escolas de tempo integral em Rio Branco e nos municípios do interior, garantindo ao menos uma unidade por regional do Estado.
3. Ampliar a oferta de vagas no ensino médio em Sena Madureira, com construção de nova escola.
4. Reduzir a evasão escolar, com busca ativa dos alunos e criação de equipes multidisciplinares específicas.
5. Ampliar o Ensino Superior para todos os municípios, nas modalidades presencial e à distância, com cursos adequados às necessidades e vocações das regiões, por meio de parcerias com a UFAC, IFAC, Universidade Aberta do Brasil – UAB, outras instituições.
6. Ampliar a Rede de Colégios Militares com implantação de unidades em Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.
7. Implantar o Programa Escola Aberta, possibilitando o acesso pelas comunidades aos espaços culturais e esportivos das escolas nos finais de semana.
8. Ampliar a oferta da educação escolar indígena, assegurando, entre outros, a realização de programas específicos para formação inicial e continuada do magistério indígena.
9. Fortalecer o Programa 'Quero Ler' como estratégia de redução continuada do analfabetismo de jovens e adultos.
10. Valorizar os profissionais da educação e promover o reconhecimento público de sua função social.
11. Ampliar a oferta de Formação Profissional (inicial e técnica) voltada para o setor produtivo, segundo as vocações regionais, com foco inicial nos municípios de Plácido de Castro e Manuel Urbano.
12. Ampliar a oferta da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como estratégia de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Saúde

1. Fortalecer as Regiões de Saúde com maior autonomia e resolutividade na assistência, ampliação da oferta de procedimentos especializados e novos investimentos:
 - Criação da Região de Saúde do Tarauacá-Envira, com o Hospital Geral de Tarauacá como unidade de referência e construção da nova Unidade Mista de Saúde do município do Jordão;

- Na Região de Saúde do Alto Acre, conclusão da obra do Hospital Regional de Brasília e construção da sede do Laboratório de Fronteira;
 - Na Região do Juruá, conclusão da obra da UPA de Cruzeiro do Sul e modernização do Hospital Regional do Juruá;
 - Na Região de Saúde do Baixo Acre, conclusão das obras do INTO e a verticalização do HUERB; Reforma e ampliação do Hospital Geral João Câncio Fernandes, em Sena Madureira, e construção do Centro Especializado em Atendimento à Mulher em Rio Branco.
2. Instituir Política de Provimento de Médicos Especialistas no Interior, com adoção de medidas de incentivo financeiro, progressão na carreira e atualização profissional; ampliar a Residência Médica para as Regiões de Saúde.
 3. Fortalecer e modernizar a assistência ao tratamento de câncer por meio de parceria estratégica com o Hospital de Barretos no diagnóstico, a organização da Linha de Cuidado em toda a Rede Assistencial e a revitalização do UNACON/Hospital do Câncer.
 4. Instituir a Força Estadual de Saúde como atendimento itinerante, com definição prévia do calendário anual de eventos, incluindo mutirões de cirurgias, atendimento com especialistas e serviços de apoio ao diagnóstico. Prioridade para os municípios e regiões de maior demanda e os vazios assistenciais.
 5. Colaborar com a UFAC na implantação do Hospital Universitário em Rio Branco.
 6. Implantar o Centro Estadual de Referência e Atenção ao Autismo, em parceria com a Prefeitura de Rio Branco. Unidade especializada para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista; referência técnica para diagnóstico e acompanhamento de crianças autistas em todo o Estado.
 7. Modernizar o serviço de Tratamento Fora de Domicílio, com atendimento humanizado e melhor interação com pacientes e familiares.
 8. Investir na valorização dos trabalhadores da saúde, por meio de ações como a revisão e atualização do plano de carreira (PCCR) e abertura de novas oportunidades de formação continuada, com a consolidação da política de educação permanente da saúde.

Assistência Social

1. Implantar o Centro Integrado de Referência para a Mulher, Criança e Adolescente Vítimas de Violência: espaço único com protocolos de atendimento e equipe especializada; Atendimento unificado envolvendo serviços de Assistência Social, Defensoria Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Saúde e unidades de acolhimento e abrigo; Integrado às ações da Ronda Maria da Penha e Botão do Pânico.
2. Apoiar os Municípios para ampliar e qualificar os serviços, programas e benefícios sociais (CRAS, CREAS, abrigos, dentre outras unidades) voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e pessoas

em situação de rua.

3. Garantir o atendimento às crianças e aos adolescentes com vínculos familiares rompidos, com implantação de unidades de acolhimento e abrigo a vítimas de violência, nas regionais do Alto Acre e Tarauacá-Envira, em parceria com organizações sociais.
4. Fortalecer as políticas de proteção social aos idosos, pessoas com deficiência e suas famílias, por meio da ampliação e fortalecimento dos serviços para este público.
5. Garantir capacitação permanente dos trabalhadores do SUAS, em especial àqueles que atuam diretamente no atendimento às famílias acompanhadas pelo sistema.
6. Fortalecer as entidades que trabalham na proteção social de crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.
7. Garantir o direito humano à alimentação saudável através da implementação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.
8. Proporcionar proteção social às pessoas em situação de rua, a partir da implementação da Política Estadual, conforme disposto na Lei Estadual Nº 3.363.
9. Proporcionar atendimento qualificado e acompanhamento regular dos indivíduos que fazem uso de substâncias psicoativas, articulando outros serviços da rede.
10. Implantar o programa de habitação solidária voltado a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, em parceria com a área de infraestrutura do estado.

Pequenos Negócios

1. Fomentar a criação e/ou fortalecimento de pequenos negócios, nas zonas urbana e rural, contemplando as famílias de baixa renda com perfil CADÚnico.
2. Proporcionar sustentabilidade econômica aos empreendimentos individuais e coletivos fomentados por meio do acompanhamento continuado aos beneficiários.
3. Incentivar a formalização do empreendedores por meio da MEI (Micro Empresas Individuais).
4. Fomentar a produção artesanal assistida e a qualificação técnica artesanal das comunidades tradicionais, com atenção para as comunidades indígenas.
5. Incrementar as iniciativas de promoção da identidade do artesanato acreano.
6. Fomentar a criação de espaços voltados para a comercialização de artesanato e comidas típicas por meio de PPP, e articular a instalação de cooperativa de artesãos no Shopping Popular.
7. Implantar o polo de costura "Costurando Sonhos" no município de Rio Branco para confecção de vestuários, oferecendo oportunidades e trabalho e renda para os empreendimentos estabelecidos no Acre.

Cultura

1. Interiorizar as ações culturais nos municípios: oficinas de teatro, música, dança, entre outras.
2. Assegurar o financiamento por

meio dos editais de incentivo à cultura e do Fundo Estadual de Cultura.

3. Garantir o acesso da população aos espaços culturais e históricos, com revitalização e manutenção continuada destes.
4. Atualizar e implementar o Plano Estadual de Cultura.
5. Criar uma rede de formação entre a Educação e a Cultura, para que o fazer cultural seja absorvido como essencial na formação dos alunos, dos gestores e professores.
6. Reconhecer a Cultura como transversal a todas as políticas sociais, criando uma cultura de paz, de fortalecimento da identidade e autoestima do povo acreano.

Esporte

1. Criar a Secretaria Estadual de Esportes e Lazer.
2. Fortalecer o Programa Bolsa Atleta, de forma a garantir recursos para o desenvolvimento e aprimoramento dos talentos esportivos locais.
3. Revisar e fortalecer a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte e Lazer.
4. Implantar a Arena de Esporte

Radicais do Juruá como equipamento apropriado para a prática de esportes radicais urbanos nas modalidades arrancada automotiva, som automotivo, motocross, aeromodelismo, automodelismo, wheeling (manobras com motos), ciclismo, entre outras.

5. Estabelecer o calendário anual de esportes, abrangendo os 22 municípios, com competições de esporte nas modalidades de futebol, vôlei, basquete, handebol, artes marciais, atletismo, ciclismo entre outros.
6. Instituir o Copão Estadual de Futebol Amador, nas modalidades campo e futsal.
7. Garantir o acesso dos acreanos aos espaços esportivos e de lazer, por meio da manutenção e revitalização dos espaços esportivos, paradessportivos e de lazer, com acessibilidade e sustentabilidade.
8. Garantir melhoria no atendimento à população, através de uma política de formação de agentes, fazedores, entidades e profissionais de educação física e suas representações.
9. Apoiar as escolinhas de futebol formalmente constituídas, bem como as categorias de base de futebol profissional.

Eixo V

Segurança Pública

Eixo: Segurança Pública

Áreas de Resultados: Policiamento Ostensivo, Investigação Criminal, Salvaguarda de Vidas e Patrimônio, Custódia e Ressocialização de Presos, Socioeducação de Adolescentes e Trânsito



A garantia de um ambiente de convívio social seguro e pacífico é requisito fundamental para que os cidadãos possam exercer seus direitos e liberdades individuais assegurados pela Constituição Federal. Nesse sentido, a Segurança Pública tem se consolidado como uma das principais pautas da agenda política do Brasil, assumindo lugar de protagonismo nas demandas sociais de políticas públicas em todas as esferas de governo.

No Acre, grandes esforços têm sido empreendidos no sentido de promover o enfrentamento à violência e à criminalidade, posto que segurança constitui elemento essencial para o bem-estar da população e o desenvolvimento do Estado. O primeiro grande desafio foi o combate ao “Esquadrão da Morte”, organização criminosa que até o final da década

de 1990 utilizava-se das instituições públicas para praticar crimes, disseminando a violência e o medo na sociedade acreana.

Superado o problema e reestabelecido o Estado Democrático de Direito, nossos governos não pouparam esforços no sentido de fortalecer e modernizar os serviços de Segurança, avançando para a adoção de um padrão de sistema integrado que ampliou as oportunidades de colaboração entre as diversas forças que compõem a área. Essa diretriz foi sustentada pelos significativos investimentos realizados nos profissionais, na infraestrutura e no aparelhamento dos serviços. Investimentos que se desdobraram em ampliação do quadro de servidores, melhorias salariais contínuas e formação integrada; reestruturação física dos batalhões, das delegacias e das

unidades prisionais e socioeducativas e na aquisição continuada de equipamentos.

Entretanto, apesar de todo o empenho despendido, o enfrentamento à violência permanece presente na agenda de prioridades da sociedade acreana. Diferente do que ocorreu na década de 1990, na problemática atual da Segurança Pública a proliferação do medo tem sido fruto da ação de organizações criminosas originárias dos grandes centros urbanos do Brasil e que, nos últimos anos, têm expandido suas áreas de atuação para os estados do interior do País, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, com o objetivo de controlar rotas utilizadas pelo tráfico internacional de drogas.

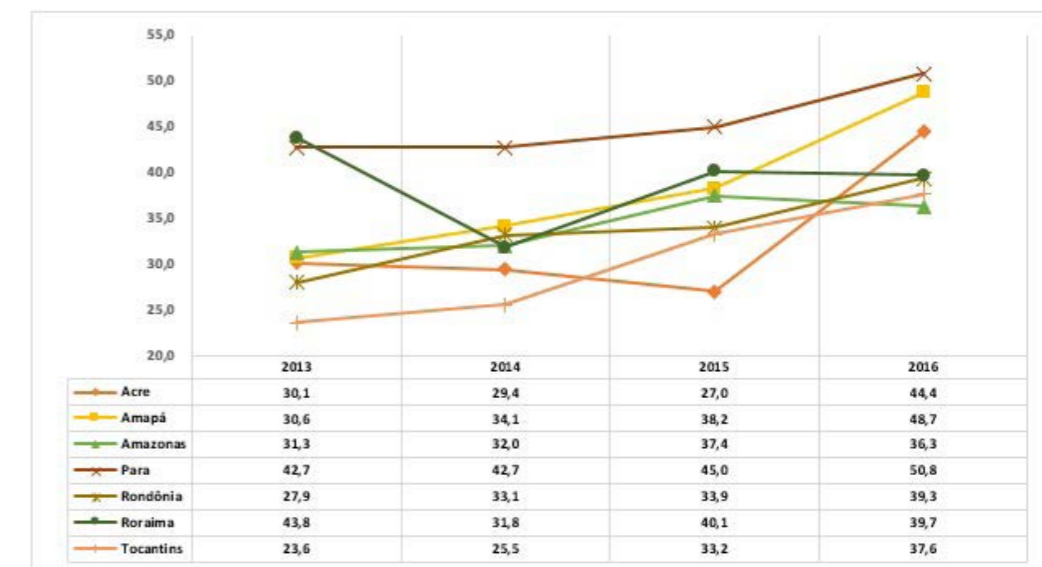
Recentemente, o Acre tornou-se alvo da ação dessas organizações, atraídas pela extensa faixa de fronteira que o Estado possui com a Bolívia (618 km) e o Peru (1.350 km), países que figuram entre os principais produtores de cocaína no mundo. Dos 22 (vinte e dois) municípios acreanos, 17 (dezessete) estão na linha de fronteira internacional.

O problema é potencializado pela frágil atuação do Governo Federal, que não cumpre adequadamente com seu dever constitucional de vigiar as fronteiras e reprimir o tráfico internacional e interestadual de drogas e armas.

Os efeitos da atuação das facções criminosas tornaram-se sensíveis à sociedade acreana a partir de 2013. Afora os episódios mais recentes, caracterizados por atentados ao Estado e à sociedade, pode-se constatar que nos últimos anos a violência e criminalidade adquiriram novas nuances, identificáveis, a princípio, pela mudança do tipo de arma utilizada na prática dos crimes, o modus operandi e o grau de violência empregado.

Esse crescimento da violência é uma realidade vivenciada em todos os estados da Região Norte. O Gráfico 1 apresenta o histórico da taxa de homicídios desses estados, no período de 2013 a 2016. De forma geral, observa-se que existe uma tendência de crescimento da taxa de homicídios na Região Norte.

Gráfico 1 – Taxa de homicídios dos estados da Região Norte.



Fonte: Atlas da Violência 2018².

Diante da complexidade da situação, dada a natureza e a multiplicidade de fatores envolvidos e suas implicações sociais, econômicas, culturais e políticas, **para se reestabelecer a paz e a sensação de segurança das famílias acree-**



nas, será necessário que o Governo do Estado, por meio das forças policiais e do sistema penitenciário, de forma coordenada com as demais instituições do Sistema de Justiça Criminal, intensifique a repressão às facções criminosas que atuam no Estado, priorizando o fortalecimento da fiscalização das áreas de fronteira, a ampliação do emprego de novas tecnologias e recursos de inteligência e o maior controle das unidades prisionais e socioeducativas.

Associada ao endurecimento da repressão ao crime, também **será necessário o fortalecimento das ações de caráter preventivo, seguindo a orientação de estreitar o contato e o relacionamento do profissional da segurança pública com a comunidade onde trabalha.** Além disso, no aspecto da prevenção primária **é preciso ampliar e integrar as atividades desenvolvidas pelas forças de segurança, estimulando o envolvimento**

das escolas, igrejas, lideranças comunitárias e a sociedade civil de forma geral.

Além da repressão e prevenção à criminalidade, o Eixo Segurança Pública também congrega ações que possuem o propósito de promover a segurança no trânsito e a prevenção e resposta a eventos adversos.

A política de trânsito sempre esteve orientada a promover um trânsito seguro, preservando a vida e a integridade física da população, com especial atenção aos moradores dos centros urbanos, garantindo as condições de engenharia adequada e promovendo a moderniza-



ção do atendimento ao cidadão, a educação e a fiscalização de trânsito de forma a desenvolver em toda a comunidade atitudes favoráveis à convivência civilizada no trânsito.

Os resultados obtidos mostram que essa política tem produzido benefícios importantes para a sociedade. No período de 2011 a 2017, apesar do crescimento exponencial da frota de veículos, o Acre apresentou uma redução de 58% no número de vítimas fatais em acidentes de trânsito. Além disso, foram implantadas novas unidades de atendimento à população nos municípios e implementados serviços de atendimento pela internet,

possibilitando maior agilidade e qualidade do serviço prestado pela Governo.

A política de prevenção e resposta a eventos adversos tem recebido especial atenção, sobretudo, na última década. Foi nesse período que o Acre enfrentou as maiores alagações de sua história, eventos que desafiaram a capacidade do Estado de mitigar os efeitos devastadores sobre as famílias atingidas. Além disso, os incêndios urbanos e rurais também representam uma preocupação recorrente para a sociedade acreana. A fim de assegurar a capacidade e os meios adequados para salvaguardar vidas e bens da população, as políticas públicas priorizaram o investimento na capacitação dos servidores e no aparelhamento das unidades operacionais das instituições.

O programa de Segurança Pública implementado pela gestão do Governador Tião Viana, nos últimos sete anos, produziu um legado importante, que garante condições adequadas para o início de um novo ciclo. Foram realizados concursos públicos para provimentos de mais de 1.500 vagas para profissionais de Segurança Pública e feitos investimentos importantes na valorização salarial dos profissionais de todas as carreiras. O valor total da despesa com pessoal da Segurança Pública aumen-



tou de R\$ 246 milhões, em 2011, para R\$ 461 milhões em 2017. Também houve investimentos na estruturação das instituições, como a construção da sede da Polícia Civil, a reforma e ampliação de 10 quartéis da Polícia Militar e 2 delegacias de Polícia Civil e o início da implantação de um moderno sistema de radiocomunicação digital.

Os sistemas penitenciário e socioeducativo receberam especial atenção. Foram construídas duas unidades penitenciárias e três unidades socioeducativas. Estão ainda em execução obras de reforma e ampliação das unidades prisionais. A programação é que até o final de 2018 atinja-se o número de 2.000 novas vagas no sistema, o que tornará residual o déficit de vagas. Vale ressaltar, ainda, a implantação do sistema de bloqueio de sinal telefônico no Complexo Francisco de Oliveira Conde e do sistema de monitoração eletrônico de apenados.

Por fim, é importante destacar a realização do Encontro de Governadores do Brasil pela Segurança e Controle das Fronteiras, promovido pelo Governo do Acre, em outubro de 2017. Na oportunidade, os governadores dos estados, os ministros do Governo Federal e demais autoridades presentes elaboraram e as-

sinaram a Carta do Acre, que apresentou 14 propostas essenciais para combater a criminalidade e garantir a paz no território nacional, dentre as quais vale destacar a criação do Sistema Único de Segurança Pública e do Fundo Nacional de Segurança Pública, medidas já imple-

mentadas pelo Congresso e Governo Federal.

Nesse cenário, **o desafio estratégico do Eixo Segurança Pública no Governo Marcus Alexandre será a redução dos índices de violência e criminalidade.**

PROPOSTAS 2019-2022

1. Implantação do Comando Estadual de Operações de Fronteiras, para ampliar o controle dos acessos terrestres (estradas, ramais e principais vias de acesso) com foco nas cidades/áreas de maior exposição: Rio Branco, Brasileia, Assis Brasil, Plácido de Castro, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Divisa Acre-Rondônia (Tucandeira).
2. Implantação da estratégia de policiamento preventivo de aproximação com a comunidade, de modo que as pessoas tenham contato direto com os policiais que atuam na sua região.
3. Implantação do cerco eletrônico e operacional em áreas comerciais e acessos das cidades.
4. Modernização e reestruturação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), para garantir maior qualidade no atendimento do serviço 190.
5. Fortalecimento e reestruturação da Polícia Técnico-Científica, da Investigação Criminal e do Serviço de Inteligência para intensificar o combate ao crime organizado.
6. Ampliação do efetivo de profissionais de Segurança Pública.
7. Reconhecimento, cuidado e valorização dos profissionais do sistema de Segurança Pública.
8. Criação do programa integrado de prevenção à violência: "Todos pela Paz", envolvendo órgãos estaduais (Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública), federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Forças Armadas) e sociedade civil.
9. Ampliação e modernização do atendimento a grupos vulneráveis: mulheres, crianças e idosos.
10. Reaparelhamento e reestruturação física das unidades operacionais e administrativas do sistema de Segurança Pública.
11. Fortalecimento do controle das unidades penitenciárias e socioeducativas.
12. Fortalecimento e modernização das ações de reintegração social de presos e de adolescentes em conflito com lei.
13. Implantação de Núcleos de Semiliberdade do Sistema Socioeducativo nas regionais do Estado.
14. Fortalecimento das ações de modernização, engenharia, fiscalização e educação de trânsito.
15. Vinculação do Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN) à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Eixo VI

Direitos Humanos e Políticas Afirmativas: Protagonismo Social e Político

Eixo: Direitos Humanos e Políticas Afirmativas: Protagonismo Social e Político

Áreas de Resultados: Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, LGBT, Juventude e Povos Indígenas.

Na área dos Direitos Humanos, no período recente, o Acre avançou significativamente em direção a uma socie-



dade diversa e plural. De uma visão patrimonialista e assistencial assentada no racismo e no preconceito social e étnico, caminhamos para a modernidade da cidadania ativa de luta e conquistas de direitos.

Para isso, foram importantes as medidas institucionais empreendidas, como a criação de órgãos executivos específicos na forma de secretarias setoriais e assessorias especiais - Assuntos Indígenas e Juventude, por exemplo, que deram permanência e visibilidade à área.

Destacam-se, dentre as ações realizadas, a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, com o apoio aos municípios na estruturação

dos 24 conselhos tutelares. Houve ainda a implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência/ Conselho Tutelar - SIPIA-CT; capacitação dos agentes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e apoio à construção dos Planos Decenais Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios do Acre. O desafio do Governo Marcus Alexandre será garantir a implementação dos Planos Decenais Municipais e do Plano Decenal Estadual.

Também muito relevante foi a criação da Política Estadual de Atenção à Pessoa com Deficiência e a implantação da Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa com Deficiência - CORDE, que deu visibilidade social ao segmento. O próximo passo, agora, é consolidar na sociedade acreana o respeito à dignidade da pessoa com deficiência, efetivando seus direitos de cidadania.

Outra importante conquista foi a implantação da rede de atendimento à pessoa idosa, com a capacitação dos membros e a realização de ampla campanha de reconhecimento dos seus direitos. Dado o rápido crescimento da população idosa no estado, caberá ao Governo Marcus Alexandre atentar para a necessidade de políticas públicas específicas.

Por meio de lei estadual foi criada a Política Estadual Para a População em Situação de Rua e instituído o Comitê Interestadual de Acompanhamento e

Monitoramento da Política, dando maior força institucional às ações de integração dos serviços envolvidos. O próximo passo será assegurar a esse público o acesso aos serviços públicos básicos, visando integração e participação na sociedade.

Para o fortalecimento das políticas públicas de promoção e defesa da cidadania LGBT, foram realizadas quatro conferências estaduais, assim como a instalação do Centro de Referência (2010) e criação do Conselho Estadual de Combate à Discriminação. Além disso, por meio de decreto estadual ficou estabelecido o uso do 'nome social' na administração pública para as pessoas de identidade Trans. Tais ações tornaram-se instrumentos de promoção dos direitos humanos dessa população. Ainda há desafios, principalmente em transversalizar as políticas afirmativas em outras áreas de governo, fomentando o combate à violência e discriminação.

O Acre vem avançando no enfrentamento ao grave problema do racismo. Está sendo constituída uma ampla rede de organizações públicas estaduais e municipais voltada para a implementação da Política de Promoção da Igualdade Racial, articulando as ações locais com a política nacional. Estão sendo realizadas ações de sensibilização e capacitação de agentes públicos e membros da sociedade para criação dos conselhos municipais e órgãos gestores de Promoção da Igualdade Racial nas regionais do Estado.

Os principais desafios dessa política são:

- A implementação das Leis Nº 10.639-2003 e Nº 11.645-2008 que tratam da inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" na rede de ensino;

- A institucionalização e transversalidade das políticas de promoção da Igualdade Racial considerando o PLANEPIR e a geração de indicadores socioeconômicos que retratem o perfil da população negra do Estado;
- O enfrentamento à violência/genocídio contra a população negra.

Para enfrentar o grave problema do elevado índice de sub-registro civil de nascimento no Estado, foram implantadas unidades interligadas (Maternidade-Cartório) nos municípios de Rio Branco, Plácido de Castro, Brasileia, Xapuri, Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Rodrigues Alves, além da realização de campanhas e mutirões de registro civil de nascimento nos outros municípios. A meta será erradicar o sub-registro civil de nascimento em todos os municípios do Acre.

Na importante questão da violação de direitos, o principal desafio é ampliar e interiorizar as ações de atendimento e capacitar agentes de cidadania para fazer avançar a visão da sociedade sobre os Direitos Humanos, como promovê-los e defendê-los. Por meio dos Centros de Referência em Direitos Humanos, nos últimos anos, foram atendidas mais de 4.500 pessoas que tiveram seus direitos violados, além da capacitação de mais de 600 agentes de cidadania.

Nas políticas de proteção e valorização da vida, o Acre registrou importantes conquistas no enfrentamento ao tráfico de pessoas, enfrentamento à tortura, crueldade, tratamento desumano e degradante e no acolhimento a imigrantes e refugiados. Houve a oferta do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica - SER HOMEM, que reduziu a reincidência de violência doméstica no público atendi-

do para menos de 1%.

Outra importante ação que promoveu justiça e proteção à vida foi a implantação, no ano 2000, do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, que contribuiu significativamente para a elucidação de crimes e a efetivação da ação da Justiça. Sem isso, a impunidade ainda vigoraria no Estado e crimes como os praticados pelo 'Esquadrão da Morte', ainda permaneceriam insolúveis. Em essência, tais ações de proteção e defesa da vida têm como principal **desafio o envolvimento da sociedade na luta pelos direitos humanos que visa à garantia do direito à vida das pessoas, seu bem maior.**

No importante tema da proteção e defesa do consumidor, foram atendidas anualmente uma média de 20 mil pessoas que tiveram seus direitos violados, e realizadas palestras de sensibilização e orientação em empresas, em todos os municípios do Acre. O principal desafio é garantir autonomia administrativa e financeira ao PROCON, ampliando e interiorizando seus serviços nas regionais do Estado.

Políticas Para as Mulheres

No que se refere à afirmação dos direitos das mulheres, o principal avanço foi a garantia de transversalidade em todas as áreas de governo, com a importante atuação da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres. O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, elaborado à luz dos dois processos de Conferências, ocorridas em 2011 e 2015, iniciou uma nova cultura de gestão, tornando-se o instrumento de ordenamento estratégico das ações a serem implementadas.



Há de se destacar que, segundo o Mapa da Violência (2015), a Rede de Atendimento às Mulheres do Acre ficou em segundo lugar entre as redes brasileiras que mais receberam demandas e realizaram encaminhamentos. Para tanto, foram realizados processos de capacitação de servidores/as para o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, e campanhas pelo enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outro marco foi a estruturação da Rede de Governança da Política Para as Mulheres nos municípios, junto às prefeituras e câmaras de vereadores. O Acre já possui 20 organismos de Políticas para as Mulheres e 18 Conselhos Municipais implantados.

No governo Marcus Alexandre, nessa política, os principais desafios a serem enfrentados são:

- redução dos índices de todas as formas de violência contra as mulheres;
- fortalecimento da política de saúde da mulher e garantir os seus direitos sexuais e reprodutivos;
- garantia da autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho;
- garantia da institucionalização da política para as mulheres.

Políticas de Juventude

Os jovens constituem 1/3 da população acreana, representando um grande potencial de desenvolvimento social e econômico, o que demanda a estruturação de políticas públicas específicas.

Antes dos governo da Frente Popular, o Acre não dispunha de políticas para a juventude. Os jovens sequer apareciam no radar das autoridades públicas, quanto mais figurar entre suas prioridades. Essa realidade mudou muito nos anos



recentes, quando foram implementadas políticas fundamentais na criação de oportunidades às novas gerações. Dentro os investimentos realizados, os mais importantes foram na educação. Destacam-se a universalização da educação básica, a ampliação do acesso ao ensino superior e ao ensino técnico profissionalizante, além de projetos especiais como o Centro de Idiomas, o Instituto de Matemática, Ciências e Filosofia e a Escola de Música.

Chamam atenção, ainda, o investimento na estruturação de aparatos públicos que propiciam práticas esportivas

e de lazer juvenil, a organização de jogos escolares, o estímulo às atividades culturais, e o atendimento da demanda jovem por serviços como saúde, pequenos negócios, assistência social e desenvolvimento rural.

Do ponto de vista da gestão da política, alguns passos importantes foram a institucionalização da política da juventude por meio de secretarias e assessorias, a instalação do Conselho Estadual da Juventude, a criação da Lei Estadual que estabeleceu o mês de agosto como o mês da juventude e a realização das conferências estaduais e municipais da juventude – marco no fortalecimento do protagonismo dos coletivos de jovens.

Nas iniciativas de inclusão, foram criados programas especiais e inovações no âmbito da educação e da formação profissional, bem como o programa 'Bolsa Estágio', oportunizando as primeiras experiências no mundo do trabalho.

Apesar dos avanços, muito ainda há por fazer. A consolidação da política pública de juventude, com a adequada caracterização do perfil da população jovem do Acre e a transversalização do tema em todo o governo, é um desafio, bem como o alinhamento das ações públicas no enfrentamento a todas as formas de violência contra a juventude.

Povos Indígenas

Quinze povos indígenas, falantes de línguas das famílias Pano, Arawak e Arawa, vivem nas terras do Acre. Somam uma população de 23 mil pessoas - 2% da população acreana e 6% de sua população florestal - distribuídas em 204 aldeias. Outros três povos, considerados "isolados", têm população estimada em 600 indivíduos. Há ainda, considerável população indígena, de vários

povos, residindo em centros urbanos, tanto na capital como em outras sedes municipais.

São 36 terras indígenas (TIs), em 11 municípios, com extensão agregada de 2.436.306 ha (14,8% do território acreano), das quais 76% estão regularizadas. Essas terras integram o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP) e, junto com as unidades de conservação, somam 46% da extensão do Acre.

Desassistidos e vítimas do preconceito durante décadas, foi a partir dos governos da Frente Popular que os povos indígenas receberam reconhecimento e valorização, por sua importância na formação e na contemporaneidade da sociedade e da cultura acreanas e seu protagonismo inovador no uso e conservação da floresta. De forma pioneira na Amazônia e no país, políticas públicas foram implementadas pelo governo estadual, por meio de programas geridos por várias secretarias, em diálogo e parceria com organizações indígenas e da sociedade civil, contando com recursos nacionais e internacionais.

Dentre essas políticas, destacam-se o fortalecimento das estratégias de gestão territorial e ambiental protagonizadas pelas comunidades em seus próprios territórios; a definição de mecanismos específicos de valorização dos serviços ambientais das terras indígenas no Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA); a educação escolar indígena; o fortalecimento e a valorização cultural; o apoio ao etnotu-

rismo; e a visibilidade institucional dado à temática indígena na estrutura e nas ações de governo.

Atualmente, 29 TIs têm seu Etnozonamento, ou Etnomapeamento, concluídos, que serviram de subsídio à elaboração dos respectivos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs). Desses Planos, 25 tiveram suas ações prioritárias implementadas, nos eixos da produção sustentável, valorização cultural e fortalecimento institucional, por meio de subprojetos geridos pelas associações indígenas e convênios assinados pelo governo estadual. Recursos oriundos dos mecanismos de valorização dos serviços ambientais nas terras indígenas também apoiaram a implementação de ações prioritárias dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs), por meio de editais de projetos, bem como a formação e remuneração de agentes agroflorestais indígenas.

Nos últimos anos, o Governo do Estado tem apoiado iniciativas culturais protagonizadas pelas comunidades indígenas, na forma de intercâmbios, festivais e atividades de visitação turística, bem como a produção e comercialização de bens artesanais e artísticos.

Relevantes iniciativas foram realizadas no campo da educação escolar indígena para consolidar processos iniciados há duas décadas e enfrentar desafios surgidos nos últimos anos com o expressivo crescimento da rede de escolas (incluindo unidades estaduais e municipais) e do número de professores e alunos. É necessário regulamentar e regularizar a oferta em todos os níveis de ensino, em um cenário de encolhimento dos recursos federais destinados ao custeio das ações. Avanços significativos ocorreram com a criação de instrumentos legais para a institucionalização da educação escolar indígena, processo

seletivo simplificado para professores indígenas, publicação de materiais didáticos, construção e reforma de mais de 80 escolas nas aldeias e construção de parcerias institucionais com órgãos federais e municipais de ensino, organizações indígenas e da sociedade civil.

Apesar dos avanços, persistem grandes desafios na desenvolvimento de políticas para os povos indígenas do Acre. Desafios que serão enfrentados tendo como referência as seguintes diretrizes:

- Consolidação da Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas visando à sustentabilidade e autonomia dos povos e terras indígenas, incorporando estratégias de implementação e atualização de Planos de Gestão, fortalecimento das organizações representativas e formação de recursos humanos nas áreas de gestão (gestores de projetos), produção (agentes agroflorestais), educação (professores indígenas) e saúde (agentes de saúde indígena);
- Garantia do crescente acesso

dos povos indígenas a serviços essenciais como educação, saúde, direitos sociais de cidadania, além do apoio à produção sustentável e à assistência técnica específica, respeitando sempre suas formas de organização social, tradições e culturas;

- Aprimoramento dos mecanismos de governança das políticas públicas, programas e projetos voltados aos povos e terras indígenas, fortalecendo os atuais ou abrindo novos canais de diálogo e participação;
- Fortalecimento da instância responsável pela orientação e articulação das ações das políticas de governo para os povos indígenas.

Assim, para seguir adiante a caminhada da sociedade acreana na ampliação dos mecanismos de promoção da cidadania e garantia de direitos, e no combate a todas as formas de discriminação e violência, apresentam-se as propostas a seguir.

PROPOSTAS 2019-2022

1. Apoiar os municípios no processo de consolidação da política de promoção dos direitos da criança e adolescente, por meio de ações de monitoramento, formação continuada dos agentes envolvidos e cofinanciamento dos projetos.
2. Apoiar a rede de atenção à pessoa com deficiência na elaboração e implementação do Plano Estadual de Acessibilidade.
3. Priorizar a estruturação da rede de atenção à pessoa idosa e apoiar o processo de elaboração e implementação do Plano Estadual.
4. Apoiar e monitorar a implementação do Plano Estadual Para a População em Situação de Rua.

5. Concluir a interligação das maternidades com os cartórios nos municípios e realizar campanhas e mutirões para atender aos registros tardios.
6. Institucionalizar e fortalecer o serviço de orientação em direitos humanos e formação de agentes de cidadania.
7. Criar o Programa Estadual de Valorização e Respeito à Vida, voltado para o enfrentamento à violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos, tráfico de pessoas, combate à tortura e maus tratos, e trabalho escravo.
8. Articular a criação do observatório de enfrentamento à violência por qualquer tipo de discriminação (condição sexual e étnico-racial, por exemplo) como espaço de discussão e formulação de políticas.
9. Efetivar como programa permanente o 'Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica'.
10. Capacitar os gestores públicos para implementação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
11. Apoiar e monitorar a implementação das ações previstas no Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial – PLANEPIR, e das ações previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, no que couber ao Estado.
12. Apoiar a elaboração e implementação do Plano Estadual de Promoção da Cidadania LGBT.
13. Fortalecer e ampliar a rede estadual de enfrentamento à violência contra a população LGBT e promover ações de transversalidade, conforme a legislação federal e o Plano Estadual.
14. Em parcerias com as prefeituras, estruturar o serviço de Defesa e Proteção do Consumidor em Cruzeiro do Sul e nas demais regionais do Estado.
15. Garantir apoio às Casas Terapêuticas de modo a oferecer serviço de atenção à vida.
16. Implantar coordenadorias regionais de Juventude, Igualdade Racial, Política para Mulheres e Povos Indígenas.

Políticas para Mulheres

17. Garantir a transversalidade das Políticas para as Mulheres nos órgãos de governo;
18. Reestruturar e ampliar a rede estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres.
19. Reestruturar a rede de atenção integral à saúde das mulheres em todas as fases do seu desenvolvimento e implantar a 'Bolsa Parteira', conforme previsto em lei estadual (LE 2.834/2013).
20. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, articulando ações de escolarização, profissionalização, organização social e pequenos negócios.

Políticas de Juventude

21. Elaborar o Plano Estadual de Políticas Para a Juventude, com ampla participação social e parcerias com as prefeituras.
22. Estabelecer parceria público-privada para criar uma incubadora de empreendedorismo a partir do potencial criativo e sustentável das juventudes.
23. Incentivar a produção cultural das juventudes, de modo a promover o fortalecimento dos movimentos culturais e de lazer bem como a ocupação de espaços públicos.
24. Apoiar os movimentos e coletivos de juventudes na realização de cursos preparatórios para vestibulares, pré-Enem e concursos, diretamente nas comunidades, priorizando jovens de baixa renda e públicos prioritários.
25. Fortalecer os programas de inclusão dos jovens no mercado de trabalho, como o 'Bolsa Estágio', 'Jovem Aprendiz' e 'Projovem'.
26. Criar o Programa 'Estadual do Jovem Inovador', com a implementação de ações educativas orientadas à utilização de plataformas tecnológicas e midiáticas visando fortalecer o protagonismo juvenil, o desenvolvimento de negócios inovadores, e a comunicação nas comunidades.

Povos Indígenas

27. Apoiar as comunidades e suas

- organizações na elaboração dos etnozoneamentos e Planos de Gestão, fortalecendo-os como instrumentos de diagnóstico e planejamento das estratégias de conservação, uso sustentável e vigilância das TIs.
28. Fomentar iniciativas produtivas agroflorestais e extrativistas, visando à garantia da soberania alimentar e novas alternativas de renda para as comunidades e famílias indígenas, apoiando-as no acesso aos mecanismos de compra da produção pelos órgãos públicos.
 29. Avançar na integração das estratégias de conservação e uso sustentável dos ativos socioambientais e de incentivo aos serviços ambientais nas terras indígenas por meio dos programas do SISA.
 30. Dar continuidade ao processo de valorização dos agentes agroflorestais indígenas, com reconhecimento profissional, formação e remuneração.
 31. Fortalecer as organizações indígenas para a gestão de projetos e auto-gestão.
 32. Institucionalizar e fortalecer a Educação Escolar Indígena como política de Estado, com definição de marcos legais e profissionalização da carreira docente indígena.
 33. Instituir o Conselho Estadual de Políticas para os Povos Indígenas.

FRENTE POPULAR DO ACRE



“

O plano de governo é o que dá sentido e concretude à nossa candidatura. Reúne os compromissos que ora assumimos com o nosso povo.

Marcus Alexandre



UNIÃO & INOVAÇÃO

